

## ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos vinte e nove dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e dois, às 14H00min, foi  
2 realizada , através da plataforma Microsoft Teams, a **40ª Reunião Extraordinária do**  
3 **Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**, com transmissão ao vivo via YouTube,  
4 conforme a Portaria nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G, sendo  
5 retomada e finalizada aos 15 dias de Setembro de 2022; **Pauta da reunião:**  
6 **1.** Comunicações Gerais. **2.** Apresentação dos Fundamentos da revisão intermediária do  
7 PDE. **3.** Apresentação dos Elementos do processo Participativo da revisão intermediária  
8 do PDE. **4.** Detalhamento da sistematização do processo participativo. **5.** Proposta do  
9 escopo da revisão intermediária do PDE. **6.** Apresentação da proposta das agendas  
10 participativas das etapas 2 e 3 do processo participativo da revisão intermediária do  
11 PDE. **01)** O Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, iniciou a reunião às  
12 14h30min, cumprimentando as Conselheiras e os Conselheiros; na sequência, foi  
13 apresentada questão de ordem pelo Conselheiro Suplente do Conselho Participativo  
14 Municipal Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, descrita a  
15 seguir: *“Teve uma disputa judicial que a Prefeitura venceu, com uma decisão judicial que*  
16 *reconhece o argumento da prefeitura de que a PLANURB não está apta a realizar o*  
17 *diagnóstico, que este diagnóstico teria que ser feito pela FDTE. Então, eu considero que o que*  
18 *foi feito até agora, antes da gente ter um diagnóstico da FDTE, não está valendo, não tem*  
19 *como a gente continuar sem ter um diagnóstico. Tudo isso que a gente está discutindo aqui,*  
20 *cadê o diagnóstico, a não ser que a prefeitura resolva dizer para a justiça que ganhamos a*  
21 *ação, mas não devíamos ter ganhado, entendeu. Eu quero considerar que isso que nós vamos*  
22 *discutir aqui hoje não tenho, não tem como ter validade, precisamos ter o diagnóstico da*  
23 *FDTE, conforme a prefeitura argumentou para a justiça e, conforme a justiça reconheceu.*  
24 *Essa é a questão que eu quero levantar e gostaria muito que constasse do extrato da ata,*  
25 *essa questão de ordem”*; em réplica, o Presidente Suplente informou que a ação em que a  
26 Prefeitura venceu, em relação à contratação da FDTE, ocorreu há um ano atrás,  
27 contexto em que a argumentação que justificou essa contratação é diversa do momento  
28 atual, considerando que a Prefeitura se equipou, se instrumentalizou para desenvolver o  
29 diagnóstico, uma vez que a contratação da Fundação para o Desenvolvimento  
30 Tecnológico da Engenharia - FDTE foi inviabilizada, e que essa vitória na ação não  
31 representa a capacidade ou a falta desta na realização do diagnóstico, mas sim, se  
32 poderia ou não contratar a FDTE, concluindo que entende que a questão de ordem não  
33 procede, e informando que a questão sobre os procedimentos estão sendo tratados  
34 com o Ministério Público; em seguida, a Conselheira Titular da Associação de Bairro 2  
35 (SAPP), Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, destacou que no início das ações relacionadas  
36 ao diagnóstico em questão, a Prefeitura havia declarado que a Planurb não seria a  
37 responsável por sua realização; mencionou que, contraditoriamente, a Planurb realizou e

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

38 apresentou o diagnóstico, o que gera um impasse; indagou se, diante disso, estaria  
39 confirmado que a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE)  
40 não seria mais incumbida de executar o diagnóstico; em réplica, o Presidente Suplente,  
41 Sr. José Armênio de Brito Cruz, afirmou que a discussão referente ao tema mencionado  
42 está em andamento junto ao Ministério Público (MP) nesta semana; informou que a  
43 questão será resolvida para definir se o escopo do trabalho ainda prevê atribuições à  
44 Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE) ou não; ressaltou  
45 que essa questão está sendo discutida atualmente; destacou que, em sua opinião, a  
46 realização da reunião era indispensável para garantir a continuidade do processo,  
47 conforme planejado originalmente; reiterou que o andamento do contrato com a FDTE  
48 é uma questão paralela ao desenvolvimento do processo em curso; na sequência, a  
49 Conselheira do CPM Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, afirmou que  
50 desejava complementar a colocação anterior sobre a questão de ordem; lembrou que,  
51 em meados do ano passado, a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da  
52 Engenharia (FDTE) havia entregado o produto 1, que foi disponibilizado para todos;  
53 mencionou também que foi observada a entrega do produto 2, mas sem a possibilidade  
54 de utilização prática do mesmo; destacou que foi realizada uma reserva técnica, cujo  
55 termo específico não recordava, referente a restos a pagar desse contrato, exatamente  
56 devido à entrega do produto 2; questionou como a sentença procedente impacta a  
57 utilização desse material; perguntou se ele já foi de alguma forma incorporado à  
58 apresentação que será realizada e, caso não tenha sido, como se pretende utilizá-lo no  
59 processo em andamento; agradeceu ao final de sua manifestação; em réplica, o  
60 Presidente Suplente afirmou que o momento atual é de avaliação interna; explicou que  
61 ainda não está pré-definido se será possível dar continuidade a alguma parte do  
62 contrato com a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE);  
63 ressaltou que o compromisso anteriormente assumido pela Prefeitura com a FDTE será  
64 cumprido no que se refere ao que foi efetivamente entregue e aceito; esclareceu que, a  
65 partir desse ponto, qualquer decisão dependerá de uma deliberação interna da  
66 Prefeitura, especialmente após a vitória da ação judicial; destacou que a Prefeitura  
67 agora possui autonomia para decidir sobre os próximos passos, mas enfatizou que isso  
68 ocorre paralelamente ao processo de discussão em andamento; reiterou que o término  
69 da primeira etapa, o início da segunda etapa e o encaminhamento da terceira etapa até  
70 dezembro, com a apresentação da minuta do projeto de lei para a revisão intermediária  
71 do plano diretor, seguem em curso; afirmou que o processo não foi interrompido com a  
72 vitória da ação judicial e que a Prefeitura continuou com os trabalhos, assim como a  
73 população, cujas contribuições não podem ser desconsideradas em respeito aos  
74 cidadãos que participaram; reforçou que as decisões relacionadas à vitória da ação estão  
75 sendo tratadas em paralelo ao processo de discussão da revisão intermediária do plano  
76 diretor; concluiu confirmando que essa é a posição da Prefeitura sobre o tema; em ato  
77 contínuo, o representante titular dos Movimentos de Mobilidade Urbana, Sr. José  
78 Antônio Chinelato Zagato (Ciclocidade), questionou a ausência sistemática do  
79 Presidente e do Secretário da SMUL nas reuniões do CMPU; ressaltou que a

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

80 substituição para condução dos trabalhos tem ocorrido frequentemente de forma  
81 improvisada; mencionou que, ao consultar a agenda disponível no site da Prefeitura, não  
82 foi possível verificar a programação do Secretário, prejudicando a transparência sobre  
83 sua localização; afirmou que, pela agenda consultada, foi constatada a participação do  
84 Secretário em reuniões e eventos com entidades como o Secovi, enquanto o colegiado  
85 do CMPU, responsável por apreciar o Plano Diretor, enfrenta sua ausência; apontou  
86 também uma questão de ordem relacionada ao material encaminhado, no qual não  
87 constam respostas às perguntas formuladas durante as reuniões do CMPU sobre o  
88 diagnóstico e sobre o GT de metodologia; destacou que essas perguntas nunca foram  
89 respondidas e que, mesmo avançando para a segunda etapa do trabalho, o material  
90 permanece incompleto para apreciação, uma vez que foram suprimidas as respostas e as  
91 perguntas feitas ao longo da primeira etapa e em momentos anteriores a ela; o  
92 Presidente Suplente esclareceu que, regimentalmente, o Secretário Adjunto substitui o  
93 Secretário em todas as ocasiões ou ações que este não pode cumprir; ressaltou que,  
94 nesses casos, o Secretário Adjunto desempenha integralmente o papel do Secretário;  
95 afirmou que, embora compreenda a curiosidade, a reunião em que o Secretário se  
96 encontra é pública e está relacionada diretamente à discussão sobre a ação envolvendo  
97 a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE); destacou que  
98 não há necessidade de justificar a ausência do Secretário, uma vez que ele também está  
99 trabalhando no andamento do processo de revisão do Plano Diretor; adiantou que a  
100 reunião de hoje está voltada à preparação para a segunda etapa do processo; explicou  
101 que essa preparação consiste em delinear a pauta e os pontos que serão discutidos na  
102 segunda etapa; reafirmou que a realização da reunião é considerada essencial pela  
103 Prefeitura para não comprometer o processo de revisão intermediária do Plano Diretor,  
104 que representa um compromisso não apenas da Prefeitura, mas também com a cidade, a  
105 Câmara de Vereadores e os conselheiros. **02)** Em relação ao primeiro item de pauta, a  
106 Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, deu ciência da ata da 35ª  
107 Reunião Extraordinária do CMPU. **03)** Antes de prosseguir com a pauta, o Presidente  
108 Suplente informou que a próxima etapa seria conduzida pela titular da SMUL2, Sra.  
109 Heliana Lombardi Artigiane, representante de PlanUrb (Departamento de Planejamento  
110 Urbano) destacando que os itens 2 e 3 da pauta, referentes à apresentação dos  
111 fundamentos da revisão e dos elementos do processo participativo da revisão do PDE,  
112 têm como objetivo reforçar o compromisso com a transparência no processo de revisão  
113 intermediária do Plano Diretor; explicou que a apresentação detalhará os aspectos do  
114 processo participativo, incluindo audiências públicas, oficinas temáticas, encontros  
115 realizados nas subprefeituras, reuniões com segmentos específicos, movimentos sociais  
116 e entidades como o Secovi e o meio acadêmico; ressaltou a importância de compartilhar  
117 os resultados alcançados, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa; informou que  
118 a Sra. Heliana apresentará o relatório desse processo, atualmente em fase de conclusão,  
119 e que em breve será enviado aos conselheiros; destacou ainda que os elementos do  
120 processo participativo e os fundamentos da revisão foram integrados em uma única  
121 apresentação, elaborada de maneira criteriosa pela equipe da Planurb; em continuidade

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

122 à pauta, a Coordenadora de PLANURB, Sra. Heliana Lombardi Artigiani, fez a  
123 apresentação referente aos itens 2 e 3 da pauta, sobre os fundamentos da revisão  
124 intermediária do PDE e os elementos do processo participativo da revisão intermediária  
125 do PDE da Etapa 1; em seguida, a Representante Titular das Entidades Acadêmicas e de  
126 Pesquisa 1, Sra. Viviane Manzione Rubio (Mackenzie), manifestou sua preocupação  
127 recorrente desde a aprovação do Plano Diretor, relacionada à conceituação do  
128 instrumento urbanístico PIU (Projeto de Intervenção Urbana); destacou que, apesar de  
129 já ter abordado o tema em ocasiões anteriores, considera fundamental discuti-lo  
130 novamente; explicou que todos os PIU´s apresentados possuem, além de sua dimensão  
131 espacial abrangente, uma integração com outros instrumentos, como as Áreas de  
132 Intervenção Urbana (AIU); apontou que a nomenclatura "projeto" associada ao PIU  
133 causa um ruído na informação, especialmente quando apresentada a estudantes de  
134 arquitetura e urbanismo; sugeriu que fosse promovido um debate sobre o conceito do  
135 PIU e a possibilidade de alterar sua designação de "projeto" para "plano", considerando  
136 que o instrumento reflete características de um plano tanto na dimensão espacial  
137 quanto nas sugestões de intervenção e nos recursos propostos; destacou que as ações  
138 previstas ainda estão no campo das ideias, reforçando a necessidade de uma análise  
139 sobre a pertinência e viabilidade jurídica de alterar o conceito; na sequência, a  
140 representante titular da Associação de Bairro 2 (SAPP), Sra. Lucila Falcão Pessoa  
141 Lacreata, expressou sua preocupação em relação à limitação do processo participativo e  
142 às informações apresentadas no gráfico sobre a revisão do Plano Diretor; ressaltou que,  
143 ao serem convocados para opinar, os cidadãos não receberam orientações claras sobre  
144 limites e outras questões técnicas, o que dificultou a compreensão do plano; observou  
145 que, mesmo diante dessas dificuldades, os participantes identificaram de forma clara os  
146 principais problemas, os quais têm forte impacto na produção e na organização da  
147 cidade; criticou a gestão pela falta de receptividade às contribuições, destacando que os  
148 eixos de estruturação urbana têm gerado impactos negativos significativos na cidade,  
149 incluindo questões relacionadas à mudança climática, intervenções no meio físico e  
150 problemas de infraestrutura e impacto ambiental; destacou que as perguntas  
151 direcionadas à população foram limitadas a 13 questões condicionadas, com opções  
152 restritas e pouco espaço para propostas concretas, embora os problemas tenham sido  
153 claramente definidos por quem conseguiu participar; afirmou que várias pessoas,  
154 inclusive representantes de associações de moradores, enfrentaram dificuldades para  
155 acessar a plataforma "Participe Mais" e para registrar suas contribuições, citando o  
156 movimento "Defenda São Paulo" como exemplo de quem não conseguiu participar  
157 devido à dificuldade de inscrição de pessoas jurídicas na plataforma; criticou ainda a  
158 percepção de que as decisões já estariam pré-determinadas pela SMUL, classificando os  
159 conselheiros como "meros componentes decorativos" de um processo decisório já  
160 fechado; afirmou que as conclusões apresentadas são da SMUL e não refletem o  
161 entendimento da população que participou do processo; ressaltou a necessidade de que  
162 as demandas reais da população sejam efetivamente consideradas, incluindo questões  
163 como a obrigatoriedade de estudos de impacto ambiental, o reconhecimento da

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

164 plataforma hídrica, geológica e ambiental e a revisão dos eixos de estruturação urbana;  
165 alertou que a ausência de ações concretas poderia comprometer a cidade de forma  
166 definitiva, mencionando que a Secretaria de Mudanças Climáticas não tem demonstrado  
167 participação ativa nas discussões; questionou a ausência do secretário da SMUL e a falta  
168 de representantes da Secretaria de Mudanças Climáticas, o que considerou  
169 extremamente preocupante para o andamento das questões levantadas; em seguida, a  
170 representante titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sé, Sra. Stela de  
171 Camargo Dalt, iniciou agradecendo pelo espaço de fala e esclareceu seu comentário  
172 anterior em relação ao slide que tratava dos capítulos prioritários; destacou a  
173 necessidade de que sejam apresentadas as páginas específicas do Plano Diretor  
174 Estratégico (PDE) com as seções correspondentes, e não apenas os títulos dos capítulos,  
175 para facilitar a compreensão e o debate; mencionou, como exemplo, o capítulo 2, que  
176 trata da regulação do parcelamento, uso, ocupação do solo e da paisagem urbana,  
177 identificado como estruturante e não sujeito a alterações por já estar definido na  
178 legislação de uso e ocupação do solo; apontou que o capítulo inclui diretrizes para  
179 revisão da lei de uso e ocupação do solo, classificação de usos e atividades de  
180 zoneamento e as zonas especiais, mas ressaltou que apresentar apenas o título do  
181 capítulo torna difícil avaliar, de maneira genérica, os itens passíveis de discussão; sugeriu  
182 que, ainda durante a reunião, fossem abertas as páginas específicas para análise ponto a  
183 ponto, permitindo cruzar as informações com as percepções advindas do processo  
184 participativo, especialmente para aqueles que acompanharam e compreenderam a  
185 síntese apresentada pela Sra. Eliana; comentou, em referência à fala da Sra. Viviane e ao  
186 Sr. Della Manna em reuniões temáticas anteriores, a questão semântica entre "plano" e  
187 "projeto", reforçando a relevância do debate sobre a origem dos PIUs (Projetos de  
188 Intervenção Urbana) e a distinção entre projeto e plano; sugeriu que, caso o conselheiro  
189 Daniel estivesse presente, ele pudesse repetir suas considerações sobre o tema, além de  
190 incluir a participação da Unavi para esclarecer por que o PIU é tratado como um projeto  
191 e não apenas como um plano; observou que o planejamento exige desenho e volumetria  
192 para representar a cidade prevista no plano diretor e destacou que, seguindo o caminho  
193 apresentado até o momento, a discussão carece de um projeto concreto para análise;  
194 concluiu que a apresentação trazida para a reunião ainda está em um estágio inicial e  
195 precisa de maior refinamento e aprimoramento; em ato contínuo, o representante João  
196 Moreirão iniciou sua manifestação criticando o formato das discussões, ressaltando que  
197 realizar rodadas de intervenções com diversas falas antes de uma resposta não é  
198 produtivo e desconsidera as contribuições dos participantes; enfatizou que a  
199 participação deveria ser significativa, permitindo que as questões levantadas fossem  
200 debatidas e consideradas, e não apenas registradas sem resposta imediata; relatou que  
201 havia encaminhado o material recebido sobre o levantamento realizado para amigos em  
202 Porto, Portugal, e observou que, exceto pelo mapa, o conteúdo se adequava  
203 perfeitamente à realidade local daquela cidade, apontando que o diagnóstico  
204 apresentado era genérico e aplicável a qualquer localidade, em qualquer época;  
205 destacou que isso demonstra uma falta de especificidade no material; posteriormente,

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

206 questionou a hierarquia entre o Plano Diretor e a lei de zoneamento, argumentando que  
207 o Plano Diretor deveria determinar como a lei de zoneamento é estruturada; mencionou  
208 que a lei de zoneamento, em diversos momentos, tomou decisões contrárias ao Plano  
209 Diretor, sendo que algumas já foram declaradas inconstitucionais, mas ainda restam  
210 outras que precisam ser revistas; criticou a Prefeitura e a maioria da Câmara por  
211 promoverem alterações na prática do Plano Diretor por meio de mudanças na lei de  
212 zoneamento, criando um "fato consumado"; citou como exemplo a audiência pública  
213 marcada para a quarta-feira, que discutirá alterações significativas na lei de zoneamento,  
214 impactando zonas residenciais e outros aspectos importantes do Plano Diretor;  
215 defendeu que as discussões sobre o Plano Diretor e os limites de sua revisão deveriam  
216 ser realizadas apenas após a finalização de um diagnóstico completo, conforme  
217 defendido pela própria Prefeitura junto à Justiça, e após a consideração real da opinião  
218 da sociedade civil; mencionou a baixa representatividade das participações registradas,  
219 destacando que os números apresentados não ultrapassaram 200 participações em uma  
220 cidade com mais de 12,5 milhões de habitantes, o que considera insuficiente para  
221 validar o processo; finalizou enfatizando a importância de conduzir o trabalho de forma  
222 correta e transparente, para evitar que o resultado seja apenas uma validação de  
223 alterações externas já implementadas sem a devida apresentação ao conselho;  
224 agradeceu ao final de sua fala; em réplica, a Secretária Executiva esclareceu o formato  
225 adotado para as rodadas de respostas durante as reuniões, destacando que essa  
226 metodologia é previamente acordada antes do início dos trabalhos e, até o momento,  
227 não havia recebido reclamações a respeito; afirmou que a sugestão do Sr. Moreirão será  
228 considerada e que o formato pode ser repensado, desde que a maioria dos conselheiros  
229 concorde que uma alteração seria mais eficiente; assegurou que, caso alguma dúvida  
230 não seja devidamente respondida, a equipe responsável retornará com a resposta ainda  
231 durante a reunião, garantindo que todas as questões sejam tratadas; em réplica, a Sra.  
232 Heliana esclareceu que o esforço principal até o final da primeira etapa do processo  
233 participativo é demonstrar aos conselheiros o universo abrangido por esse trabalho; em  
234 relação às observações da Sra. Viviane, destacou que é essencial discutir os elementos  
235 principais do Plano Diretor, como PIUs, eixos e demais temas técnicos, de maneira  
236 segmentada, para facilitar debates mais profundos e específicos; explicou que abordar  
237 todos os aspectos do Plano Diretor de forma ampla, como ocorre atualmente, pode  
238 dificultar o alcance de consensos; sugeriu que as discussões sejam organizadas em  
239 blocos temáticos, permitindo um período mais curto e objetivo para cada tema, visto  
240 que alguns deles demandam reuniões inteiras para serem debatidos; afirmou que a  
241 proposta é organizar uma agenda para tratar desses temas à medida que avançarem  
242 tecnicamente e conforme as propostas forem sendo apresentadas, permitindo análises  
243 mais focadas e construtivas; em relação às colocações da Sra. Lucila, ressaltou que  
244 desde agosto de 2021 as apresentações têm destacado o artigo 4º da lei e os elementos  
245 estruturantes do Plano Diretor, reafirmando que a revisão intermediária não busca  
246 mudar a política já instituída, mas sim alcançar os objetivos definidos no plano vigente;  
247 mencionou que esse posicionamento tem sido reiterado em todas as formas de

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

248 processo participativo, incluindo oficinas e dinâmicas realizadas; frisou que a revisão não  
249 tem como objetivo criar um novo Plano Diretor, mas ajustar os pontos necessários para  
250 atingir as metas estabelecidas na política existente; sobre a questão dos eixos, afirmou  
251 que esse tema será tratado de forma específica em momentos futuros, quando as  
252 propostas estiverem em discussão; mencionou que a reunião atual é dedicada a ouvir as  
253 opiniões dos conselheiros sobre as visões jurídicas, técnicas e participativas  
254 apresentadas; reconheceu o direito dos participantes de discordarem, como destacado  
255 pela Sra. Lucila e pelo Sr. Moreirão, e enfatizou que a reunião é um espaço para ouvir  
256 essas posições, mesmo quando não há concordância; em tréplica, a Sra. Lucila Falcão  
257 Pessoa Lacreta afirmou que o processo de participação não deve se limitar a ouvir, mas  
258 também a aderir às demandas da população, ampliando o escopo para contemplar o que  
259 tem sido exaustivamente apontado pelos cidadãos; destacou que as contribuições estão  
260 registradas na plataforma "Participe Mais" e que os gráficos apresentados indicam  
261 divergências entre o que foi trazido pela população e o entendimento técnico da equipe  
262 responsável; solicitou que essas contribuições sejam consideradas e apresentadas de  
263 forma clara, evidenciando como a população se manifestou e como essas opiniões serão  
264 incorporadas no processo; reforçou que a participação deve ser acolhida e refletida em  
265 alterações reais, e não limitada a uma interpretação restrita do escopo definido;  
266 mencionou, como exemplo, a questão dos eixos de estruturação urbana, destacando  
267 que, na visão da população, eles não têm funcionado adequadamente e devem ser  
268 revisados com profundidade; questionou quando será divulgada uma análise clara e  
269 objetiva das demandas da população e solicitou que não se prolonguem as discussões  
270 de forma inconclusiva, para evitar que, ao final do processo, seja alegado que as  
271 opiniões populares não foram consideradas; na sequência, em réplica, a Sra. Heliana  
272 respondeu às considerações do Sr. Moreirão, esclarecendo que o problema relacionado  
273 à lei de zoneamento está na interação entre esta e o Plano Diretor; explicou que o Plano  
274 Diretor define algumas zonas de maneira mais ampla, enquanto a lei de zoneamento  
275 detalha e regulamenta essas definições; destacou que, ao realizar alterações no Plano  
276 Diretor que interfiram nas zonas definidas, a lei de zoneamento ficaria desajustada, uma  
277 vez que não regula todos os aspectos previstos no plano, mas apenas uma parte;  
278 exemplificou com a situação de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), indicando  
279 que, ao remover sua classificação, seria necessário definir o que aquela área se tornaria,  
280 pois a lei de zoneamento é a responsável por tal detalhamento; reforçou que, se for  
281 necessário realizar revisões nesse sentido, elas devem ser feitas na lei de zoneamento,  
282 mantendo o Plano Diretor como uma espinha dorsal que orienta as diretrizes principais;  
283 apontou ainda que a lei de zoneamento apresenta um detalhamento mais preciso do  
284 território e, por isso, qualquer modificação requer interferências tanto no plano quanto  
285 na própria lei de zoneamento; em tréplica, o Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães  
286 afirmou que o problema está ocorrendo de forma inversa, com a lei de zoneamento  
287 alterando o Plano Diretor na prática, como se fosse superior a ele; destacou que isso já  
288 havia acontecido anteriormente, quando a lei de zoneamento foi elaborada após o Plano  
289 Diretor e contradisse algumas de suas diretrizes, e continua acontecendo; criticou a

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

290 Prefeitura e a Câmara por promoverem alterações no Plano Diretor por meio de  
291 projetos de lei que modificam a lei de zoneamento, destacando que tais iniciativas  
292 seguem sendo discutidas e votadas na Câmara, configurando uma revisão indireta do  
293 Plano Diretor; em quadrúplica, a Sra. Heliana Lombardi Artigiane afirmou que o ponto  
294 de vista da equipe está definido, mas reforçou que o objetivo principal é ouvir os  
295 conselheiros; propôs abrir espaço para novas perguntas e respondeu às questões  
296 levantadas sobre o processo participativo e a plataforma "Participe Mais"; reconheceu a  
297 dificuldade de inscrição de pessoas jurídicas na plataforma, mencionando que esse  
298 ponto será levado para análise e ajustes, caso o problema se repita; destacou que a  
299 reunião atual apresenta os resultados da primeira etapa do processo participativo, cujo  
300 objetivo é definir o escopo do que pode ser revisado no Plano Diretor; informou que a  
301 próxima etapa, prevista para ser aberta na semana seguinte, será voltada à recepção de  
302 propostas, permitindo que a população insira informações tanto no "Participe Mais"  
303 quanto em outros canais que venham a ser disponibilizados; esclareceu que, até o  
304 momento, a etapa não contemplava a recepção de propostas específicas, mas sim o  
305 levantamento de itens dentro da legislação para embasar ajustes futuros; em  
306 complemento, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, destacou que o  
307 momento atual da discussão refere-se ao escopo da revisão do Plano Diretor,  
308 enfatizando que a prioridade é definir os temas que serão abordados para a formulação  
309 de propostas; reconheceu a ansiedade da Sra. Stela em relação à apresentação mais  
310 detalhada dos capítulos do Plano Diretor, afirmando que essa é uma expectativa  
311 compartilhada por ele, mas reforçou que o momento atual é preliminar e voltado à  
312 estruturação metodológica; mencionou que a Sra. Eliana apresentou um resumo das  
313 contribuições oriundas da plataforma "Participe Mais", das audiências temáticas e  
314 oficinas, demonstrando as demandas mais frequentes em diferentes áreas, como  
315 habitação e meio ambiente; explicou que a análise das questões levantadas é realizada  
316 sob três perspectivas – social, técnica e jurídica –, permitindo que as abordagens  
317 metodológicas sejam definidas antes de se avançar para a formulação de soluções  
318 específicas; ressaltou que questões como os eixos e suas implicações em densidade,  
319 escala de intervenção e zoneamento são tópicos que serão discutidos oportunamente,  
320 destacando que as opiniões divergentes entre os conselheiros são fundamentais para  
321 enriquecer o debate; comentou a discussão levantada pela Sra. Viviane sobre a  
322 diferença entre plano e projeto, destacando que a nomenclatura "projeto",  
323 especialmente no contexto dos PIUs, pode ser interpretada de maneiras distintas  
324 dependendo do campo de aplicação, como o jurídico ou o acadêmico, e ressaltou a  
325 importância de aprofundar essa questão; reiterou que a revisão do Plano Diretor tem  
326 como objetivo manter as estratégias e os objetivos estabelecidos em 2014, buscando  
327 maior efetividade na aplicação do plano; esclareceu que eventuais mudanças no  
328 zoneamento que interfiram no Plano Diretor podem ser discutidas no âmbito do  
329 Conselho Municipal de Política Urbana e avaliadas conforme sua pertinência; finalizou  
330 ressaltando que o foco atual é definir o escopo das revisões a partir das contribuições  
331 oriundas do processo participativo e avançar de forma estruturada para as próximas

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

332 etapas, convidando os conselheiros a continuar com suas contribuições; na sequência, a  
333 Conselheira Simone Ferreira Gatti, representante titular das Entidades Profissionais (IAB  
334 SP), manifestou-se agradecendo pelo espaço e observou que as discussões estão  
335 abordando diversos assuntos, alguns deles antecipados em relação ao momento atual;  
336 destacou que, embora todos os temas sejam relevantes, é essencial focar na análise do  
337 que foi apresentado à sociedade na primeira etapa do processo participativo,  
338 especialmente em relação ao diagnóstico do Plano Diretor e aos problemas enfrentados  
339 pela cidade; apontou que o material apresentado, apesar de ser um primeiro passo,  
340 ainda não constitui uma sistematização do conteúdo levantado durante essa etapa, não  
341 detalhando adequadamente as reivindicações da sociedade, os problemas enfrentados  
342 em cada tema e os questionamentos trazidos pelos diferentes segmentos e territórios;  
343 ressaltou que a leitura territorializada é fundamental para compreender o pensamento  
344 da sociedade e que esse deveria ser o objetivo de uma revisão participativa do Plano  
345 Diretor; reforçou que a sistematização do conteúdo apresentado por tema, segmento e  
346 território permitiria maior clareza e justificativa para as definições dos limites da revisão  
347 intermediária, alinhando as contribuições populares com as escolhas técnicas; solicitou  
348 que essa reunião não seja considerada como encerramento da primeira etapa do  
349 processo, propondo a realização de uma nova reunião para apresentar a sistematização  
350 detalhada, incluindo a análise dos problemas e questionamentos trazidos pela  
351 população, e que esse material seja publicado antes do início da segunda etapa; criticou  
352 a forma abstrata e pouco concreta como as questões estão sendo apresentadas,  
353 afirmando que mesmo que a população não tenha o conhecimento técnico para discutir  
354 aspectos como eixos de estruturação urbana, ela sabe identificar os impactos que  
355 afetam sua vida cotidiana e essas percepções precisam ser consideradas; concluiu  
356 destacando que a Prefeitura deve demonstrar de forma clara e sistematizada as  
357 contribuições oriundas do processo participativo, o que, segundo ela, ainda não ocorreu;  
358 em seguida, a representante titular do Setor Empresarial 4 (ACSP), Sra. Beatriz Messeder  
359 Sanches Jalbut, manifestou-se de forma objetiva, destacando que os conselheiros e  
360 participantes já estão há 1 ano e 8 meses discutindo o escopo, diagnóstico e principais  
361 problemas relacionados à revisão intermediária do Plano Diretor; elogiou a clareza da  
362 apresentação da Sra. Heliana, bem como o trabalho realizado pela equipe da Planurb tanto na  
363 elaboração do diagnóstico quanto na sistematização das propostas; questionou se já há um  
364 cronograma definido para as etapas 2 e 3 do processo participativo; mencionou também a fala  
365 do Sr. Tony, durante a apresentação, que levantou questionamentos específicos sobre  
366 mobilidade urbana; destacou que questões como ciclovias, bicicletários e paraciclos foram  
367 abordadas em reuniões anteriores, realizadas em 3 de maio e 19 de julho, com apresentações  
368 da Planurb sobre o diagnóstico por sistemas; mencionou que os dados referentes a esses  
369 temas, como os quilômetros de ciclovias existentes até 2014, os implementados até 2021 e o  
370 que ainda precisa ser feito, estão documentados no diagnóstico que já foi apresentado e  
371 publicado; em ato contínuo, o representante suplente das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa  
372 2 (UNINOVE), Sr. Daniel Todtmann Montandon, iniciou agradecendo pelo espaço e  
373 esclarecendo que sua fala não substitui as contribuições do titular, Sr. Nabil Bonduki, mas

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

374 serve como complemento; comentou sobre o material enviado por e-mail, destacando que as  
375 planilhas e PDFs parecem refletir os dados sistematizados do processo participativo, com  
376 resumos extraídos das reuniões e contribuições; observou que os antagonismos e disputas  
377 existentes sobre os temas precisam ser trazidos à tona na próxima etapa, como no caso dos  
378 eixos de adensamento, onde há divergências significativas sobre os resultados práticos da  
379 estratégia; sugeriu que a Prefeitura adote uma posição clara, fundamentada em valores,  
380 escolhas e justificativas técnicas, para lidar com esses conflitos e assegurar transparência na  
381 direção dos ajustes propostos; destacou a necessidade de discutir o tipo de ajustes que serão  
382 realizados nos instrumentos urbanísticos, alertando para o impacto significativo que alterações  
383 aparentemente pequenas podem causar, como no caso de mudanças no gabarito ou na  
384 aplicação da outorga onerosa; reconheceu a riqueza do diagnóstico apresentado pela  
385 Prefeitura, elogiando a clareza e a evidência dos dados, mas ressaltou que esses dados devem  
386 ser utilizados para fundamentar as decisões e esclarecer os conflitos; sugeriu que, na próxima  
387 etapa ou reunião, seja apresentada uma sistematização das propostas acompanhada de uma  
388 posição clara da Prefeitura sobre os antagonismos identificados, de forma a garantir uma  
389 análise mais detalhada e objetiva; finalizou expressando alívio com a posição apresentada de  
390 não realizar mudanças no zoneamento, mas apenas ajustes pontuais no texto do Plano  
391 Diretor, como mencionado durante a reunião; na sequência, a representante titular do  
392 Conselho Participativo Municipal Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima Fillipni, iniciou  
393 cumprimentando os presentes e ressaltou que deixaria aos conselheiros do CMPU e ao poder  
394 público as análises legais, metodológicas e urbanísticas, dedicando-se a pontuar a realidade de  
395 indivíduos marginalizados entre os moradores de rua; relatou a história de Daiane, jovem mãe  
396 desempregada, usuária de crack e vítima de violência policial, e de André, jovem pai também  
397 desempregado, ambos moradores de rua que alternam entre a rua e o cemitério da Vila Nova  
398 Cachoeirinha; destacou que ambos desejam abandonar as drogas, encontrar emprego e  
399 reconstruir suas vidas, mas vivem em condições de extrema exclusão social e digital; enfatizou  
400 que os encontros mensais do CMPU têm como objetivo buscar uma revisão do Plano Diretor  
401 Estratégico (PDE) que seja justa e democrática, alinhada aos princípios e diretrizes previstos no  
402 artigo 1º do PDE, como o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, a equidade, a  
403 inclusão social e o direito à cidade; questionou como o processo de revisão do PDE poderia  
404 assegurar justiça social e incluir pessoas como Daiane e André, destacando a insuficiência do  
405 material apresentado até então; perguntou se a lei de zoneamento e a revisão do PDE  
406 conseguem identificar e abordar as necessidades dessa parcela marginalizada da população,  
407 considerando que muitos sequer conhecem o Plano Diretor; solicitou que a Prefeitura  
408 apresente sua visão e estratégias para garantir que a revisão do PDE seja efetiva, justa e  
409 democrática, pedindo que essas questões sejam registradas em ata e que as subprefeituras  
410 respondam diretamente a suas perguntas; agradeceu ao final de sua manifestação; em ato  
411 contínuo, a representante titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sé, Sra.  
412 Stela de Camargo Dalt, agradeceu pelo espaço e comentou que a fala do Sr. Daniel foi  
413 pertinente para direcionar a discussão de volta à análise da apresentação; criticou a  
414 apresentação, classificando-a como simplória, por não abordar detalhadamente os aspectos  
415 qualitativos e se limitar a informações superficiais; manifestou sua insatisfação com a falta de

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

416 profundidade e destacou que, no momento, preferiria não emitir opiniões sobre erros e  
417 acertos do Plano Diretor, nem discutir a implementação ou efetividade dos PIUs; reforçou que  
418 seu principal pedido era que fosse apresentada a lista ou o índice do Plano Diretor, não com o  
419 intuito de determinar mudanças, mas para permitir o cruzamento das percepções oriundas do  
420 processo participativo com os títulos e capítulos indicados como passíveis de alteração;  
421 observou que sua solicitação, aparentemente, foi negada pelo Presidente Suplente, Sr. José  
422 Armênio, apesar de não ter sido explicitamente mencionado; concluiu que sua colocação não  
423 exigia resposta e tratava-se apenas de um comentário adicional; a representante titular da  
424 Associação de Bairro 2 (SAPP), Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, manifestou-se apoiando a  
425 solicitação de apresentação do índice do Plano Diretor, afirmando que considera viável que o  
426 índice seja apresentado para facilitar o entendimento e as discussões do colegiado; em réplica,  
427 o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, solicitou um momento para verificar  
428 com a equipe o material disponível para apresentação; mencionou que a solicitação de  
429 apresentação do índice foi feita pelas conselheiras Sra. Stela de Camargo Dalt e Sra. Lucila  
430 Falcão Pessoa Lacreta, e explicou que havia uma planilha discutida na semana anterior que  
431 aborda os pontos do Plano Diretor, identificando-os como estruturantes ou não estruturantes,  
432 e sinalizando o que poderia ser objeto de discussão; informou que possuía a planilha consigo,  
433 composta por cerca de 10 páginas, e destacou que não havia objeção em compartilhá-la;  
434 sugeriu que, para maior eficácia, o documento fosse enviado diretamente às conselheiras para  
435 análise, mas deixou em aberto a possibilidade de apresentá-lo durante a reunião, caso fosse  
436 solicitado; a representante titular da Associação de Bairro 2 (SAPP), Sra. Lucila Falcão Pessoa  
437 Lacreta, reforçou a solicitação de apresentação do índice do Plano Diretor, afirmando que a  
438 planilha correspondente já está disponível para os conselheiros; destacou que o objetivo é  
439 proporcionar uma visão mais detalhada dos capítulos e seus desdobramentos, enfatizando que  
440 a complexidade dos temas abordados vai além dos títulos gerais; ressaltou que essa análise  
441 detalhada seria essencial para qualificar as discussões no âmbito do Conselho Municipal de  
442 Política Urbana; em complemento, a representante titular do Conselho Participativo Municipal  
443 Macrorregião Sé, Sra. Stela de Camargo Dalt, destacou que essa é uma grande oportunidade  
444 para promover uma análise detalhada do índice e dos desdobramentos do Plano Diretor,  
445 enfatizando que essa discussão será registrada e constará em ata, tornando-se parte do  
446 histórico oficial do processo de revisão; em réplica, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de  
447 Brito Cruz, observou que, considerando o horário avançado da reunião, às 16h50, seria  
448 necessário avaliar a efetividade de repassar todos os itens naquele momento; dirigiu-se às  
449 representantes Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta e Sra. Stela de Camargo Dalt, sugerindo que,  
450 caso possível, fosse apresentada a página contendo os capítulos do Plano Diretor para facilitar  
451 a discussão; em seguida, a representante titular das Entidades Profissionais (IAB SP), Sra.  
452 Simone Ferreira Gatti, fez uma sugestão destacando a importância de apresentar não apenas  
453 os temas gerais discutidos, mas também o conteúdo detalhado do que foi abordado no  
454 processo participativo, incluindo as contribuições da população organizadas por tema, por  
455 segmento e por território; propôs que esse detalhamento fosse apresentado em uma próxima  
456 reunião do CMPU, preferencialmente extraordinária, a ser realizada na semana seguinte ou na  
457 próxima, permitindo maior aprofundamento; enfatizou que não seria necessário trazer esse

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

458 conteúdo ao final da reunião atual e concordou que a proposta de detalhamento poderia ser  
459 abordada de maneira mais estruturada em um próximo encontro; na sequência, o Presidente  
460 Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, respondeu afirmando que havia entendido a  
461 colocação da Sra. Stela de Camargo Dalt como uma acusação de que ele estaria negando a  
462 apresentação do trabalho desenvolvido; esclareceu que o material solicitado é extenso e  
463 demandaria mais tempo para ser apresentado adequadamente, já que foi fruto de semanas de  
464 trabalho da equipe da Planurb; enfatizou que, em momento algum, negou a possibilidade de  
465 apresentar o conteúdo, mas considerou que o tempo restante na reunião atual não seria  
466 suficiente para expor o material de forma completa e satisfatória; a representante titular do  
467 Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sé, Sra. Stela de Camargo Dalt, manifestou-se  
468 para esclarecer que sua intenção não foi acusar o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de  
469 Brito Cruz, mas reafirmar que seu pedido específico, feito anteriormente, não foi atendido e  
470 acabou sendo ignorado; explicou que a sequência dos fatos levou-a a interpretar que seu  
471 pedido havia sido negado e solicitou que não fossem distorcidas as ocorrências da reunião;  
472 destacou que a proposta apresentada pela Sra. Simone Ferreira Gatti contempla plenamente  
473 sua solicitação e reforçou que a reunião atual é uma oportunidade crucial para discutir o  
474 conteúdo solicitado; criticou a prática recorrente de respostas postergadas que, segundo ela,  
475 muitas vezes não chegam aos conselheiros, enfatizando que isso precisa ser registrado;  
476 considerou que a apresentação feita pela Prefeitura, embora válida, é insuficiente e aquém do  
477 esperado, apontando que o trabalho apresentado não reflete a complexidade e a riqueza de  
478 informações que deveriam estar disponíveis para um grande centro urbano como São Paulo;  
479 ressaltou que a Prefeitura, que conduziu as apresentações e oficinas, deveria fornecer uma  
480 análise mais detalhada e robusta, compatível com a importância do processo de revisão do  
481 Plano Diretor; em réplica, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, reafirmou que  
482 em nenhum momento negou a apresentação do material solicitado, esclarecendo que sua  
483 posição decorre do respeito a todos os conselheiros presentes e da complexidade do conteúdo  
484 elaborado pela equipe técnica da Planurb; ressaltou que o trabalho apresentado não é  
485 superficial ou escolar, mas uma síntese aprofundada das contribuições oriundas do processo  
486 participativo, aliadas às análises técnicas realizadas por arquitetos e planejadores experientes,  
487 com o objetivo de definir o escopo para discussão na próxima etapa da revisão intermediária  
488 do Plano Diretor; destacou que o material reflete semanas de estudo e preparação e que 1  
489 hora seria insuficiente para sua apresentação detalhada e para as discussões necessárias;  
490 afirmou que a proposta da Sra. Simone Ferreira Gatti, de realizar uma reunião extraordinária  
491 para discutir o material de forma mais aprofundada, poderia ser uma alternativa viável, caso  
492 aprovada pelo colegiado; reiterou sua disponibilidade para permanecer na reunião pelo tempo  
493 necessário, inclusive até às 20h, caso os conselheiros assim decidam, e reafirmou o respeito  
494 pelo trabalho técnico realizado na revisão do Plano Diretor; em seguida, o representante  
495 titular dos Movimentos de Mobilidade Urbana, Sr. José Antônio Chinelato Zagato (Ciclocidade),  
496 manifestou-se referindo-se a comentários feitos por uma conselheira e reafirmando sua plena  
497 compreensão sobre os temas abordados, solicitando que fosse assegurado o devido respeito  
498 às perguntas feitas pelos conselheiros; destacou o artigo 227 do Plano Diretor, que estabelece  
499 objetivos para o sistema de mobilidade, como melhoria das condições de mobilidade com

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

500 conforto, segurança e modicidade, e questionou como esses objetivos foram mensurados e  
501 quais resultados foram alcançados entre 2014 e 2022; mencionou o caso de um ciclista de 17  
502 anos, Claudemir Cauan, que perdeu a vida em um acidente na Avenida Corifeu de Azevedo  
503 Marques, onde deveria existir uma ciclovia há anos, e indagou sobre a falta de resposta quanto  
504 à implementação de dispositivos de segurança previstos no Plano Diretor; apontou ainda  
505 outros objetivos do artigo 227, como homogeneização das condições de macroacessibilidade,  
506 aumento da participação do transporte público e redução de acidentes, questionando como  
507 foram medidos e quais avanços concretos foram realizados; ressaltou também as diretrizes do  
508 artigo 228, que incluem a implantação de dispositivos de redução de velocidade e aumento de  
509 ciclovias, e criticou a falta de dados apresentados pelas secretarias responsáveis; destacou o  
510 artigo 239, que, em combinação com o artigo 81, pode incentivar práticas urbanísticas  
511 contrárias ao Plano Clima de 2021, como o alargamento de vias; afirmou que o foco da  
512 discussão deve ser baseado em dados e ciência, e não em interpretações subjetivas, e concluiu  
513 com críticas à ausência de respostas concretas e objetivas às perguntas feitas, considerando  
514 inaceitável que essas informações ainda não tenham sido disponibilizadas; com a palavra, a  
515 representante titular do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene  
516 Gomes Bravo, iniciou cumprimentando os presentes e afirmou que, embora tenha priorizado  
517 ouvir durante a reunião, concorda com a maioria das manifestações realizadas, especialmente  
518 as que destacaram a fragilidade do diagnóstico e da apresentação realizada, que considerou  
519 vaga e insuficiente; ressaltou que, como conselheira do CMPU, não tem acesso às mesmas  
520 informações e fundamentos que embasaram as conclusões apresentadas pela Prefeitura, o  
521 que dificulta o entendimento e análise crítica; apoiou a sugestão da Sra. Simone Ferreira Gatti  
522 de adiar a reunião por uma semana ou 10 dias, dentro do prazo regimental, para permitir uma  
523 nova discussão antes que qualquer publicação seja feita pela Prefeitura à sociedade civil;  
524 observou que, se os conselheiros, enquanto representantes da sociedade civil, encontram  
525 dificuldades para interpretar e validar as informações apresentadas, isso evidencia a  
526 necessidade de uma apresentação mais estruturada e fundamentada; propôs que a Prefeitura  
527 traga na próxima reunião o relatório mencionado pelo Sr. José Armênio, de forma organizada e  
528 detalhada, permitindo que os conselheiros tenham a mesma abrangência de entendimento  
529 que a Prefeitura possui sobre os dados apresentados; finalizou agradecendo e reafirmando sua  
530 proposta de adiamento da reunião para garantir uma discussão mais robusta e inclusiva; em  
531 seguida, o representante titular das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2 (UNINOVE), Sr.  
532 Nabil Bonduki, agradeceu pela palavra e mencionou que, embora não tenha acompanhado  
533 todas as manifestações, gostaria de reforçar um ponto destacado anteriormente pela Sra.  
534 Simone Ferreira Gatti; enfatizou a necessidade de avançar no detalhamento do que será  
535 efetivamente objeto de revisão no Plano Diretor, ressaltando que, por exemplo, há capítulos  
536 inteiros dedicados a instrumentos urbanísticos, sendo necessário delimitar e pactuar quais  
537 deles precisam ser aprimorados ou alterados; apontou que a abordagem genérica apresentada  
538 até o momento, que sugere o aperfeiçoamento de quase todos os capítulos, pode levar à  
539 discussão de todo o Plano Diretor, o que considera desnecessário; defendeu que muitos  
540 aspectos do plano estão bem resolvidos e que, em alguns casos, as questões poderiam ser  
541 tratadas em legislações complementares, como a lei de uso e ocupação do solo; exemplificou

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

542 que diretrizes sobre os eixos podem ser ajustadas sem alterações no Plano Diretor, utilizando-  
543 se da legislação de uso e ocupação do solo para redefinir perímetros e exclusões; destacou  
544 que, no caso de ZEIS e habitação de interesse social, o problema está mais relacionado à  
545 operacionalização e fiscalização do que à regulamentação do plano, observando que muitas  
546 construções classificadas como habitação de interesse social não atendem efetivamente às  
547 faixas de renda previstas; sugeriu que fosse definido, em um prazo maior, quais instrumentos  
548 e políticas realmente necessitam de revisão, permitindo que a discussão se concentre nos  
549 pontos essenciais, evitando a reabertura de debates sobre o Plano Diretor como um todo;  
550 finalizou apontando que, da forma como a apresentação foi conduzida, praticamente todos os  
551 capítulos, com exceção do título 1, foram sinalizados como objeto de revisão, o que considera  
552 excessivo e fora do necessário; em réplica, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito  
553 Cruz, interrompeu brevemente para esclarecer um ponto sobre a folha apresentada, que  
554 expõe os capítulos e títulos do Plano Diretor; explicou que a indicação de capítulos ou títulos  
555 na apresentação não significa que será feita uma revisão integral de cada um deles; ressaltou  
556 que esse trabalho realizado pela Planurb teve o objetivo de identificar os pontos específicos  
557 levantados durante o processo de participação social, além de análises jurídicas e técnicas, e  
558 indicar em quais capítulos esses pontos se encontram; destacou ainda que, em alguns casos, a  
559 necessidade de alteração em um aspecto de um capítulo pode demandar ajustes em outros  
560 capítulos correlacionados, devido à interdependência dos temas; enfatizou que o trabalho de  
561 mapeamento realizado não implica em revisões completas de cada título ou capítulo, mas sim  
562 na identificação de aspectos pontuais que necessitam de revisão com base nos estímulos  
563 oriundos da participação social e nas análises realizadas; em tréplica, o representante titular  
564 das Entidades Acadêmicas e de Pesquisa 2 (UNINOVE), Sr. Nabil Bonduki, destacou a  
565 importância de detalhar a análise dos capítulos do Plano Diretor, sugerindo que os capítulos  
566 sejam abertos para indicar as seções e os artigos específicos que serão objeto de revisão;  
567 argumentou que isso permitiria maior clareza sobre os pontos mencionados e ajudaria os  
568 conselheiros a compreender exatamente onde estão as questões identificadas como  
569 prioritárias para alteração; enfatizou que seria fundamental apresentar esse detalhamento  
570 para que os conselheiros possam avaliar e concordar ou não com a relevância dos ajustes  
571 propostos; sugeriu que questões como a cota de solidariedade sejam revisadas em sua  
572 totalidade, enquanto outros temas, como a outorga onerosa, sejam pontuados para discussão  
573 sobre a necessidade ou não de alterações; concluiu que esse nível de detalhamento facilitaria  
574 um debate mais objetivo e focado no conteúdo, permitindo que as decisões sejam tomadas  
575 com maior embasamento; na sequência, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio, manifestou  
576 sua preocupação quanto à metodologia adotada no processo de revisão, questionando se a  
577 forma como estava sendo conduzida não estaria antecipando etapas importantes; dirigiu-se ao  
578 Conselheiro Nabil Bonduki para esclarecer se esse encaminhamento não representaria um  
579 adiantamento indevido da terceira etapa do processo, que consiste na organização da minuta  
580 por artigo; ressaltou que, neste momento, a discussão deveria se concentrar na conclusão da  
581 primeira etapa, voltada à definição das direções gerais da revisão; mencionou que, ao buscar  
582 definir desde já quais aspectos devem ou não ser alterados, corre-se o risco de antecipar  
583 discussões que ainda não foram devidamente amadurecidas; exemplificou que, se um

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

584 conselheiro considerasse que determinado ponto do plano diretor não devesse ser  
585 modificado, essa posição poderia ser apenas uma opinião pessoal, da mesma forma que outro  
586 conselheiro poderia argumentar o contrário, e que essas divergências deveriam ser debatidas  
587 posteriormente, no momento adequado; enfatizou que a exposição dos títulos e capítulos  
588 revisados até então teve como único objetivo indicar que, dentro desses capítulos, foram  
589 identificadas questões que emergiram do processo participativo e que podem ser revisadas,  
590 sem que isso signifique que haverá, necessariamente, mudanças em todos os aspectos  
591 mencionados; reforçou que a revisão ainda precisa seguir seu curso normal, avançando  
592 primeiro para a segunda etapa, na qual as propostas serão discutidas em profundidade, antes  
593 que se chegue à formulação definitiva dos artigos; concluiu sua fala solicitando a confirmação  
594 de Nabil Bonduki quanto à correta compreensão desse fluxo metodológico, pedindo desculpas  
595 caso houvesse alguma falha em sua interpretação; em réplica, o Conselheiro Nabil Bonduki  
596 esclareceu que, nesta etapa do processo, o objetivo deve ser definir quais aspectos do plano  
597 diretor serão revisados, enquanto a forma como essas alterações serão feitas ficará para uma  
598 etapa posterior; sugeriu que, em vez de tratar os ajustes por capítulos inteiros, a análise fosse  
599 feita por seções, pois alguns temas, como os instrumentos urbanísticos, possuem subdivisões  
600 específicas que precisam ser abordadas separadamente; exemplificou com a discussão sobre  
601 operações urbanas e PIU, questionando se haverá mudanças nessas frentes, uma vez que  
602 diversos participantes mencionaram a necessidade de revisão do PIU; mencionou que, ao  
603 tratar os ajustes por seções, seria possível formular posicionamentos mais concretos sobre  
604 quais pontos devem ser alterados; na sequência, compartilhou sua experiência pessoal na  
605 formulação de diretrizes do plano diretor anterior, citando a questão da outorga onerosa  
606 como exemplo; afirmou que, embora tenha sido responsável pela redação final do texto  
607 vigente, esse resultado foi fruto de um longo processo de negociação e pactuação, e não  
608 necessariamente daquilo que considerava a melhor solução; explicou que, ao ser questionado  
609 sobre possíveis alterações em determinados aspectos do plano, sua resposta dependeria da  
610 conveniência do momento e da necessidade real de ajustes; destacou que algumas diretrizes  
611 do plano atual já estão bem consolidadas, enquanto outras geram diferentes interpretações e  
612 necessitam de revisão; citou especificamente o PIU, que foi concebido com um propósito, mas  
613 acabou sendo aplicado de forma distinta, o que justifica sua reavaliação; ressaltou que essa  
614 revisão não se limita ao texto do plano diretor, mas também à regulamentação dos  
615 instrumentos urbanísticos que derivam dele; concluiu reforçando a importância de delimitar os  
616 pontos específicos que devem ser debatidos para que o processo de revisão seja conduzido de  
617 maneira objetiva e eficiente; em tréplica, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio, fez  
618 referência à apresentação realizada por Eliana, que continha uma enumeração de pontos a  
619 serem considerados na revisão; questionou se Nabil Bonduki havia analisado essa  
620 apresentação e mencionou que não sabia exatamente o número do slide correspondente;  
621 explicou que essa enumeração resultava de uma análise técnica, jurídica e participativa  
622 conduzida pelo poder público, indicando os itens que, na visão da administração, deveriam ser  
623 revisados; esclareceu que, para que essas mudanças ocorram, conforme adiantado pela  
624 Planurb, será necessário revisar determinados capítulos do plano diretor, mas reforçou que  
625 essa etapa ainda não havia chegado; destacou que, no momento atual, a discussão deveria

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

626 focar na identificação dos temas que passarão por revisão, sem ainda entrar na formulação das  
627 mudanças específicas; exemplificou com a questão da cota de solidariedade, perguntando se  
628 deveria ser mantida no formato atual, reduzida ou ajustada de alguma forma; ressaltou que a  
629 análise detalhada dessas propostas será realizada posteriormente, na segunda etapa da  
630 revisão; concluiu reafirmando que o objetivo neste momento é apenas nomear os temas que  
631 serão discutidos, garantindo que eles sejam abordados na fase seguinte do processo; em  
632 quadrúplica, o Conselheiro Nabil Bonduki concordou com a necessidade de organizar melhor a  
633 discussão e sugeriu que, na próxima reunião, fossem delimitadas claramente as seções que  
634 deverão passar por revisão; ressaltou a importância de pactuar esses pontos antes de  
635 aprofundar o debate sobre cada um deles; mencionou que essa abordagem estaria alinhada ao  
636 que foi apresentado no início da reunião, quando foram indicados temas mais amplos que  
637 seriam debatidos; questionou se esses temas abrangem todas as questões a serem revisadas  
638 ou se ainda há outros pontos que precisam ser incluídos na discussão; em complemento, o  
639 Presidente Suplente, Sr. José Armênio, reforçou que, ao final da apresentação, foram  
640 destacados alguns pontos importantes para a revisão; esclareceu que, neste momento, ainda  
641 não há uma proposta formulada sobre alterações específicas na legislação ou em artigos  
642 específicos, pois essa será uma etapa posterior do processo; ressaltou que a definição dessas  
643 mudanças ocorrerá no devido momento, conforme o avanço das discussões; finalizou  
644 informando que havia outros participantes inscritos para se manifestar na reunião; na  
645 sequência, o Conselheiro Suplente da UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann Montandon, apresentou  
646 uma sugestão de encaminhamento diante do impasse sobre o avanço na discussão do  
647 conteúdo; propôs que o debate fosse direcionado ao item 4 da pauta, que trata do  
648 cronograma das próximas etapas do processo; ressaltou que, por exemplo, no dia 5 de  
649 setembro está prevista a abertura de uma nova consulta pública, o que levanta a necessidade  
650 de definir com clareza quais perguntas serão submetidas à população; sugeriu que o Conselho  
651 se debruçasse sobre esse cronograma, pois ajustes seriam necessários, especialmente para a  
652 realização de mais reuniões do CMPU; mencionou que seria importante divulgar informações  
653 da sistematização dos eventos participativos, como sínteses das audiências públicas e reuniões  
654 abertas, para que a sociedade pudesse se manifestar sobre a suficiência dessas descrições;  
655 destacou que esse processo garantiria transparência e permitiria que lacunas ou omissões  
656 fossem apontadas antes da formalização dos encaminhamentos finais; diferenciou essa  
657 divulgação da seleção dos temas que serão efetivamente objeto da revisão, enfatizando que  
658 são processos distintos; concluiu reiterando que a sistematização das discussões e  
659 contribuições anteriores deveria ser acessível para ampliar a participação e a clareza sobre o  
660 andamento da revisão do Plano Diretor; em réplica, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio,  
661 analisou a programação previamente estabelecida e questionou se todos estavam ouvindo sua  
662 fala antes de prosseguir; mencionou que, de acordo com o cronograma original, o dia 5 de  
663 setembro estava reservado para a publicização da sistematização e para a definição dos limites  
664 da revisão; destacou que, com base na sugestão apresentada pelo Conselheiro Daniel  
665 Todtmann Montandon e nas contribuições de Estela, Nabil Bonduki, Simone e Eliana, entre  
666 outros participantes, percebeu-se que a proposta inicial estava genérica demais; sugeriu,  
667 então, uma alteração no calendário, adiando a definição dos limites da revisão para o dia 12 de

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

668 setembro, permitindo que a sistematização fosse publicada com uma semana de antecedência  
669 para que todos tivessem acesso ao material antes da reunião; explicou que essa modificação  
670 garantiria que os conselheiros conhecessem as mesmas informações já disponíveis para o  
671 grupo que está conduzindo o processo, ainda que esses dados não estivessem completamente  
672 sistematizados até então; reforçou que, no dia 5, a sistematização seria tornada pública, e no  
673 dia 12, o Conselho se dedicaria à definição do escopo da revisão do Plano Diretor; enfatizou  
674 que essa etapa não consiste ainda na formulação de artigos de lei, mas sim na delimitação dos  
675 temas que serão abordados na segunda fase do processo; exemplificou mencionando a cota  
676 de solidariedade, afirmando que essa será uma das discussões incluídas na etapa 2, na qual as  
677 propostas concretas poderão ser apresentadas e debatidas; brincou com Nabil Bonduki,  
678 dizendo que ele poderia até sugerir o fim da cota de solidariedade, mas reforçou que a  
679 discussão será aprofundada nessa fase para avaliar possíveis melhorias no instrumento;  
680 esclareceu que a terceira etapa será dedicada à análise dos artigos específicos da legislação,  
681 momento em que serão feitas propostas concretas de alteração nos textos normativos;  
682 reiterou que essa metodologia permitirá que a Procuradoria do Município acompanhe e  
683 oriente juridicamente o processo, garantindo maior segurança às decisões; concluiu  
684 explicando que a proposta é desmembrar a agenda do dia 5 em duas etapas, publicando a  
685 sistematização na data prevista e reservando a reunião do dia 12 para a definição dos limites  
686 da revisão; reconheceu que essa mudança acarretaria uma perda de três dias na programação  
687 da etapa 2, mas considerou que essa reorganização permitirá um melhor andamento dos  
688 trabalhos e maior clareza para todos os envolvidos; em complemento, a Secretária Executiva,  
689 Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, destacou que o Item 4 da pauta, que trata do calendário  
690 das Etapas 2 e 3, será retirado da discussão na reunião de hoje; explicou que, diante das  
691 alterações necessárias no cronograma, será preciso reformulá-lo antes de reapresentá-lo ao  
692 Conselho; informou que essa revisão será realizada e a nova proposta de agenda será  
693 apresentada na próxima reunião, juntamente com a definição do escopo da revisão; em  
694 seguida, o Conselheiro Suplente da UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann Montandon, questionou se  
695 a alteração no cronograma afetaria a abertura da plataforma "Participe Mais", originalmente  
696 prevista para o dia 5 de setembro; indagou se essa etapa também seria adiada para o dia 12,  
697 considerando a necessidade de ajustar as datas; ressaltou a importância desse processo,  
698 destacando que a consulta pública deve se estender além do dia 12 para garantir ampla  
699 participação; enfatizou que o formato e os resultados da consulta dependem diretamente da  
700 forma como as perguntas são formuladas, pois diferentes abordagens podem gerar  
701 contribuições distintas por parte da sociedade; em seguida, o Presidente Suplente, Sr. José  
702 Armênio, questionou os conselheiros se havia alguma sugestão diferente de encaminhamento  
703 em relação à proposta apresentada; dirigiu-se especificamente aos Conselheiros Estela e Nabil  
704 Bonduki, perguntando se possuíam alguma consideração ou informação divergente a  
705 acrescentar; na continuidade, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio, ressaltou que, apesar  
706 da retirada do Item 4 da pauta, a reunião prosseguiria normalmente; explicou que a decisão foi  
707 necessária devido à alteração no cronograma, que seria apresentado no próximo item, mas  
708 destacou que estavam preparados para discutir os demais pontos, incluindo aqueles previstos  
709 nos Itens 2 e 3; enfatizou que qualquer contribuição ou sugestão de alteração por parte dos

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

710 conselheiros seria bem-vinda e que a equipe responsável estava à disposição para ajustes  
711 necessários; reforçou que a retirada do Item 4 não significava a suspensão da reunião,  
712 garantindo que os trabalhos continuariam conforme planejado; na sequência, a Conselheira  
713 Titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, retomou a pauta,  
714 destacando que o adiamento para o dia 12 não representa suspensão dos trabalhos, mas sim  
715 um aprimoramento necessário, conforme apontado por diversos conselheiros; enfatizou a  
716 necessidade de que todos os membros do conselho tenham acesso equitativo às informações  
717 já detidas pelo poder público; reiterou o pedido de aperfeiçoamento do material apresentado,  
718 a fim de proporcionar maior detalhamento e embasamento para a análise dos conselheiros;  
719 apontou que a proposta do poder público era seguir a reunião com o material atual, enquanto  
720 a sociedade civil sugeria a suspensão para revisão e aprimoramento das informações; concluiu  
721 questionando se o presidente da reunião manteria a continuidade dos debates sem as  
722 adequações solicitadas; em réplica, o Presidente Suplente, Sr. José Armênio, esclareceu que  
723 sua proposta não foi a suspensão da reunião, mas sim a reorganização do cronograma para  
724 permitir maior tempo de análise da sistematização antes da definição dos limites da revisão;  
725 afirmou que, caso os conselheiros desejassem, a discussão poderia prosseguir normalmente  
726 até o horário previsto, sem qualquer impedimento; reforçou que a proposta apresentada  
727 consistia em dividir a etapa originalmente programada para o dia 5, adiando a definição do  
728 escopo para o dia 12, garantindo assim uma semana adicional para a publicação do material  
729 consolidado sobre a revisão do Plano Diretor; destacou que não havia objeção em retomar os  
730 debates sobre os Itens 2 e 3, caso houvesse interesse por parte dos conselheiros; reiterou que  
731 a questão central era aprofundar a apresentação da sistematização, detalhar as propostas  
732 levantadas e ampliar a abordagem técnica e jurídica dos temas discutidos durante o processo  
733 participativo; ressaltou que o trabalho realizado pela Planurb foi bem executado e que sua  
734 intenção não era desqualificá-lo, mas sim reforçar a possibilidade de aprimoramento conforme  
735 apontado pelos conselheiros; concluiu questionando se, além da necessidade de maior  
736 detalhamento já mencionada, havia críticas ou sugestões específicas sobre o conteúdo  
737 apresentado, reafirmando que estavam à disposição para ouvir as contribuições dos  
738 participantes; na continuidade, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca,  
739 solicitou a palavra para esclarecer a proposta de encaminhamento em relação ao cronograma;  
740 destacou que a sistematização será publicizada no dia 5, garantindo que os conselheiros  
741 tenham acesso prévio ao material antes do debate sobre o escopo da revisão; explicou que  
742 essa disponibilização antecipada permitirá que todos analisem e estudem as informações com  
743 pelo menos cinco dias de antecedência da reunião programada para o dia 12; dirigiu-se à  
744 Conselheira Wellyene Gomes Bravo para confirmar que a reunião do dia 12 será dedicada à  
745 discussão do escopo, com uma apresentação detalhada das propostas sistematizadas;  
746 enfatizou que a pauta da reunião atual foi voltada à apresentação dos fundamentos e dos  
747 elementos do processo participativo, enquanto a sistematização trará uma descrição mais  
748 específica e detalhada dos pontos levantados; reforçou que a intenção foi destrinchar as  
749 etapas do processo, e não suspender a reunião; esclareceu que a reunião do dia 12 será  
750 conduzida com base na sistematização já publicizada, permitindo um debate mais embasado  
751 sobre os limites da revisão; concluiu mencionando que, após essa etapa, o Item 4 poderá ser

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

752 retomado ou renumerado conforme necessário para a apresentação das propostas dentro da  
753 nova estrutura do cronograma; na continuidade, a Conselheira Titular do CPM da  
754 Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, reafirmou que pelo menos dez conselheiros  
755 manifestaram que a apresentação realizada não foi suficiente para garantir o pleno  
756 entendimento dos membros do colegiado; destacou que o material apresentado foi  
757 considerado vago e que a proposta de realizar uma nova reunião com outra pauta surgiu como  
758 uma tentativa de atender à necessidade expressa por diversos conselheiros; questionou a  
759 lógica de validar a documentação apresentada, considerando que, na visão de vários colegas, a  
760 exposição trouxe poucos elementos para um debate aprofundado; argumentou que não há  
761 como considerar válida uma reunião na qual a documentação disponibilizada foi amplamente  
762 considerada superficial; destacou que remover o calendário da pauta de hoje e transferi-lo  
763 para uma nova reunião faz sentido, mas que, para garantir uma discussão adequada, a reunião  
764 em si deveria ser suspensa e reagendada para um período de 10 a 15 dias; mencionou que  
765 essa proposta foi originalmente apresentada pela Conselheira Simone Gatti e reforçada por  
766 outros membros, incluindo Estela e Lucila, que também apontaram a insuficiência das  
767 informações fornecidas; citou ainda que o Conselheiro Daniel Todtmann Montandon fez  
768 observações semelhantes, reforçando a necessidade de uma documentação mais detalhada;  
769 concluiu afirmando que, na sua visão, não há condições de validar a apresentação feita ao  
770 CMPU e que a suspensão da reunião seria o encaminhamento mais adequado para garantir  
771 que o material seja reestruturado e melhor apresentado ao colegiado; reiterou que a retirada  
772 do calendário da pauta é um passo lógico, uma vez que não há como discutir prazos sem que a  
773 própria apresentação seja considerada válida pelos conselheiros; finalizou agradecendo e  
774 reforçando sua posição de que a reunião não deveria prosseguir sem que as informações  
775 fossem adequadamente revisadas e complementadas; em réplica, a Secretária Executiva, Sra.  
776 Talita Veiga Cavallari Fonseca, buscou esclarecer a conclusão alcançada na reunião com base  
777 nas manifestações dos conselheiros; ressaltou que a apresentação dos fundamentos e dos  
778 elementos do processo participativo não foi suficiente para permitir a definição do escopo e a  
779 discussão das Etapas 2 e 3; afirmou que, de forma alguma, a apresentação estava sendo  
780 validada como suficiente, enfatizando que essa limitação ficaria registrada na ata e no extrato  
781 da reunião; explicou que, por essa razão, uma nova reunião foi marcada, mas com um enfoque  
782 diferente, evitando a simples repetição dos elementos já apresentados; destacou que essa  
783 próxima reunião trará uma sistematização mais detalhada e descritiva, incluindo os dados  
784 solicitados pela Conselheira Simone Gatti, como segmentação por tema, território e  
785 participação por setores; reforçou que o objetivo é consolidar as informações para que o  
786 debate sobre o escopo da revisão ocorra de maneira mais estruturada; esclareceu que não se  
787 trata de validar ou invalidar a apresentação, mas sim de reconhecer que, embora o material  
788 tenha sido apresentado, ele se mostrou insuficiente para o aprofundamento necessário no  
789 Conselho; mencionou que a retirada do Item 4 da pauta ocorreu porque foi identificada a  
790 necessidade de uma nova etapa de discussão específica para a sistematização dos dados;  
791 reiterou que essa reorganização da pauta não configura uma suspensão da reunião, mas sim a  
792 inclusão de um novo item para garantir que o debate se desenvolva com maior embasamento;  
793 concluiu reforçando que a apresentação feita foi formalmente entregue, mas que, diante de

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

794 sua insuficiência para permitir um avanço concreto, tornou-se essencial um novo encontro  
795 com dados mais detalhados e estruturados para a tomada de decisões dentro do CMPU; em  
796 complemento, o Conselheiro Suplente da UNINOVE, Sr. Daniel Todtmann Montandon, buscou  
797 contribuir para o esclarecimento da questão, destacando a diferença entre a sistematização  
798 dos eventos participativos e a definição do escopo da revisão; afirmou que a descrição dos  
799 eventos e dos conteúdos debatidos não parece ser o problema central, mas sim a forma como  
800 esses elementos foram transpostos para a definição dos temas que serão objeto da revisão;  
801 mencionou que a publicidade das atas e dos resumos das audiências não parece gerar  
802 discordância entre os conselheiros; sugeriu que, além da discussão do cronograma na reunião  
803 do dia 12, seja adicionada à pauta a definição do escopo da revisão, uma vez que esse ponto  
804 foi amplamente questionado pelos participantes; enfatizou que o escopo da revisão precisa ser  
805 mais bem delimitado, incluindo a definição dos grandes temas e dos principais pontos de  
806 revisão, sem ainda avançar para proposições específicas; mencionou que é necessário  
807 estabelecer claramente se a revisão de determinados instrumentos será aprofundada e em  
808 quais aspectos, garantindo que as discussões ocorram com maior direcionamento; destacou  
809 que, para a reunião do dia 12, é essencial que os comentários feitos pelos conselheiros na  
810 presente reunião sejam incorporados à nova abordagem sobre o escopo; questionou, ainda, se  
811 há problemas no material da sistematização que será publicado, pois, caso haja, isso poderia  
812 inviabilizar sua divulgação no dia 5; ressaltou que, conforme entendeu das discussões, a  
813 publicação do dia 5 deveria conter apenas a sistematização das participações e não os  
814 elementos do escopo da revisão, o que pode não estar claro para todos os conselheiros;  
815 concluiu sugerindo que esse ponto seja esclarecido de maneira objetiva, pois pode haver  
816 membros do Conselho interpretando que o problema está na sistematização em si, e não  
817 apenas na definição do escopo da revisão; na continuidade, o Presidente Suplente, Sr. José  
818 Armênio, esclareceu a separação entre as duas questões abordadas na sistematização da  
819 Etapa 1 e a definição dos limites da revisão; explicou que os limites da revisão, ou seja, o  
820 escopo do que será debatido e alterado, será discutido no dia 18, permitindo que a  
821 sistematização seja publicada e analisada antes da reunião do dia 12; afirmou que o trabalho  
822 realizado pela Secretaria tem sido conduzido com transparência e boa-fé, estruturando cada  
823 etapa da revisão intermediária do Plano Diretor de forma clara e acessível; destacou que o  
824 objetivo é garantir que as decisões sejam tomadas de maneira participativa, sem apresentar  
825 nada previamente fechado aos conselheiros; enfatizou que a pauta da reunião atual previa a  
826 apresentação dos elementos do processo participativo, e não a definição dos limites da  
827 revisão, conforme indicado nos slides exibidos durante o encontro; reforçou que novos  
828 elementos poderão ser acrescentados, conforme solicitado pelos conselheiros, e que a reunião  
829 do dia 12 será utilizada para aprofundar tanto a sistematização do processo participativo  
830 quanto a apresentação detalhada dos tópicos que serão abordados na revisão; mencionou que  
831 o Item 4 da pauta, referente ao cronograma, foi suspenso justamente porque as alterações no  
832 calendário exigem ajustes antes de sua reapresentação; questionou se a Conselheira Wellyene  
833 Gomes Bravo, ou qualquer outro conselheiro, como Estela, Simone Gatti ou Daniel Todtmann  
834 Montandon, possuía uma proposta alternativa ao encaminhamento definido; concluiu  
835 reforçando que a solução proposta buscava atender da melhor forma possível às demandas

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

836 apresentadas ao longo da reunião; na sequência, a Representante Titular da Sociedade dos  
837 Amigos do Planalto Paulista (SAPP), Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, manifestou-se contrária  
838 ao encerramento da reunião, defendendo sua continuidade em data posterior; argumentou  
839 que a apresentação realizada foi preliminar e que os conselheiros solicitaram  
840 complementações e esclarecimentos a serem fornecidos no próximo encontro; sugeriu que a  
841 reunião não fosse formalmente encerrada, mas sim retomada na data estabelecida,  
842 garantindo a inclusão dos novos pontos de pauta e a retirada do item 4; ressaltou que, devido  
843 à relevância da discussão e ao adiantado da hora, a extensão do debate se fazia necessária;  
844 recomendou que a ata não fosse finalizada antes da continuidade da reunião, propondo, em  
845 seu lugar, a elaboração de um extrato para registro no Diário Oficial, mencionando que o  
846 encontro permaneceria em andamento; declarou que, conforme seu entendimento, o  
847 Regimento Interno não estipula um limite de horário para as reuniões, o que viabilizaria essa  
848 proposta; concluiu reiterando a importância de garantir um debate aprofundado e a devida  
849 apreciação das informações apresentadas; com a palavra, a Representante Titular do Conselho  
850 Participativo Municipal Macrorregião Sul 1, Sra. Elodia Fátima Filippini, concordou com a  
851 proposta da Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, mas ressaltou que algum registro deve ser feito  
852 para garantir que nada do que foi discutido na reunião se perca; afirmou que, caso não seja  
853 elaborado um extrato, a gravação desta reunião deveria ser anexada à publicação da ata na  
854 próxima sessão, assegurando que todas as falas sejam devidamente consideradas; na  
855 sequência, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, esclareceu que a ata da  
856 reunião será finalizada apenas após o dia 12, pois abrangerá tanto esta sessão quanto sua  
857 continuação na data mencionada; informou que será elaborado um extrato registrando que a  
858 reunião será retomada no dia 12, garantindo a formalização desse encaminhamento; explicou  
859 que esse extrato parcial servirá para documentar a primeira parte da reunião, enquanto a  
860 convocação será republicada com a inclusão de eventuais novos itens de pauta, que ainda  
861 serão definidos; acrescentou que o Item 4, anteriormente retirado da pauta, será  
862 reposicionado e renomeado conforme necessário na nova estrutura da reunião; dando  
863 continuidade, a Representante Titular da Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista (SAPP),  
864 Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, sugeriu que, no dia 12, seja elaborado um extrato  
865 complementar referente à 40ª Reunião Extraordinária, consolidando as discussões realizadas  
866 nas duas datas; propôs que a ata final abarque tanto os debates desta sessão quanto os da  
867 continuação, garantindo um registro unificado e detalhado; destacou que, devido à  
868 complexidade e sensibilidade do tema, há a possibilidade de que novas reuniões extensas  
869 sejam necessárias para dar conta das discussões; mencionou que, apesar de esperar que isso  
870 não se torne um padrão, reconhece que as circunstâncias podem exigir a adoção desse  
871 procedimento como algo recorrente; finalizou reiterando sua sugestão e agradecendo a  
872 atenção dos demais conselheiros; com a palavra, a Conselheira Titular do Conselho  
873 Participativo Municipal da Macrorregião Leste 1, Sra. Stela de Camargo Dalt, que corroborou a  
874 sugestão anteriormente exposta pela Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacreta, enfatizando a  
875 necessidade de incluir na pauta a continuidade da reunião; prosseguiu mencionando a  
876 preocupação expressa pela Sra. Wellyene Gomes Bravo acerca da forma como as  
877 apresentações são frequentemente veiculadas; pontuou que, em algumas ocasiões, após a

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

878 realização das reuniões e independentemente das divergências e posicionamentos  
879 manifestados, é disseminada a informação de que a etapa participativa foi concluída; salientou  
880 que, muitas vezes, essas divulgações ocorrem de maneira praticamente imediata, nas redes  
881 sociais e outros canais institucionais, chegando ao público no dia seguinte com enunciados que  
882 afirmam que a apresentação do resultado do processo participativo foi realizada ao Conselho  
883 Municipal de Política Urbana; ressaltou que tal prática gera desconforto para aqueles que  
884 participaram do encontro e manifestaram discordância ou consideraram insuficientes as  
885 informações apresentadas; sublinhou que a síntese e a afirmação genérica de que o processo  
886 participativo foi plenamente exposto não refletem a complexidade dos debates e podem  
887 desconsiderar as críticas e contribuições expressas durante a sessão; concluiu sua  
888 manifestação reiterando a necessidade de que os registros das reuniões contemplem  
889 fielmente as diferentes opiniões apresentadas, garantindo que a diversidade de percepções  
890 esteja adequadamente representada; dando continuidade, a Conselheira Titular do CPM da  
891 Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, complementou a discussão ressaltando que  
892 entre as atribuições dos conselheiros do CMPU não está apenas assistir às apresentações feitas  
893 pelo Poder Público; destacou que o papel do colegiado envolve debater, discutir e apresentar  
894 sugestões, garantindo que as decisões sejam construídas de forma coletiva; reiterou que a  
895 apresentação realizada, da maneira como os dados foram tratados e expostos, foi considerada  
896 insuficiente para o entendimento pleno dos conselheiros; enfatizou que essa percepção foi  
897 manifestada pela maioria dos participantes que se pronunciaram ao longo da reunião,  
898 reforçando a necessidade de aprimoramento do material apresentado; dando continuidade, a  
899 Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo, complementou  
900 a discussão ressaltando que entre as atribuições dos conselheiros do CMPU não está apenas  
901 assistir às apresentações feitas pelo Poder Público; destacou que o papel do colegiado envolve  
902 debater, discutir e apresentar sugestões, garantindo que as decisões sejam construídas de  
903 forma coletiva; reiterou que a apresentação realizada, da maneira como os dados foram  
904 tratados e expostos, foi considerada insuficiente para o entendimento pleno dos conselheiros;  
905 enfatizou que essa percepção foi manifestada pela maioria dos participantes que se  
906 pronunciaram ao longo da reunião, reforçando a necessidade de aprimoramento do material  
907 apresentado; na continuidade, o Suplente do Conselho Participativo Municipal Macrorregião  
908 Oeste, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, afirmou que abordaria brevemente a  
909 questão levantada pela Sra. Lucila Falcão Pessoa Lacrete e pela Sra. Stela de Camargo Dalt;  
910 expressou concordância com a proposta apresentada por Lucila e destacou a necessidade de  
911 atenção à questão mencionada por Stela; ressaltou que a divulgação em redes sociais, logo  
912 após a reunião, frequentemente afirma que determinada apresentação foi submetida ao  
913 Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), o que pode gerar a falsa impressão de que  
914 houve concordância unânime por parte do colegiado; alertou que a função do Conselho não é  
915 apenas assistir a apresentações, mas sim debater, questionar e contribuir com sugestões;  
916 enfatizou que essa comunicação externa pode induzir a sociedade a interpretar  
917 equivocadamente que o CMPU validou integralmente o conteúdo apresentado, o que não  
918 ocorreu; reiterou seu apoio à proposta de Lucila, reforçando que a reunião não deve ser  
919 encerrada, mas sim suspensa temporariamente, com sua continuidade prevista para o dia 12;

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

920 finalizou afirmando que considera esse encaminhamento o mais adequado para assegurar a  
921 devida apreciação dos temas discutidos; na sequência, o Presidente Suplente, Sr. José  
922 Armênio, questionou se todos os conselheiros estavam de acordo com o encaminhamento  
923 proposto; mencionou que, caso não houvesse objeções, a reunião poderia ser concluída,  
924 considerando que já eram 17h55; acrescentou que, caso alguém identificasse a veiculação de  
925 alguma informação equivocada por parte da comunicação oficial, poderia encaminhar um e-  
926 mail diretamente ao gabinete, a ele próprio ou à Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca; reforçou  
927 que não há intenção, tampouco orientação da Secretária, de divulgar informações imprecisas,  
928 sendo compromisso da equipe relatar exclusivamente os fatos ocorridos na reunião;  
929 esclareceu que, caso a comunicação oficial tenha divulgado a apresentação dos elementos do  
930 processo participativo da revisão intermediária do Plano Diretor, tal informação é verídica,  
931 pois essa apresentação efetivamente ocorreu; reiterou que a reunião será retomada no dia 12,  
932 conforme definido; ressaltou que, se alguém considerar necessário aprimorar a forma como as  
933 informações são divulgadas, a equipe está aberta a sugestões; declarou formalmente o  
934 encerramento da reunião, agradecendo a participação de todos os conselheiros e a equipe da  
935 Planurb pelo trabalho desenvolvido e apresentado, destacando que se tratou de uma etapa  
936 fundamental do processo de definição do escopo da revisão intermediária do Plano Diretor;  
937 finalizou reafirmando seus agradecimentos e suspendeu a reunião às 17h57min, agendando  
938 para o dia 12 de setembro de 2022 a continuidade da presente reunião, com eventuais  
939 inclusões de pauta conforme debatido, bem como a apresentação da proposta das agendas  
940 participativas das etapas 2 e 3 do processo participativo da revisão intermediária do PDE.

941 **4)** O Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, retomou os trabalhos da 40ª  
942 Reunião Extraordinária, aos 15 dias do mês de setembro de 2022, às 14h34min,  
943 cumprimentando as Conselheiras e os Conselheiros; dando continuidade, a Secretária  
944 Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, ressaltou que a reunião estava sendo  
945 gravada e transmitida ao vivo pelo canal oficial do YouTube; registrou formalmente a  
946 retomada das tratativas da 40ª Reunião Extraordinária, informando que foram incluídos  
947 dois novos itens na pauta; explicou que o Item 4 trata do detalhamento da  
948 sistematização do processo participativo, enquanto o Item 5 aborda a proposta do  
949 escopo da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico (PDE); mencionou que os  
950 materiais relativos a esses dois itens foram encaminhados previamente, sem especificar  
951 o formato do envio; acrescentou que o Item 6, já presente na pauta original, foi  
952 reorganizado como último ponto de discussão, com revisão do material correspondente  
953 devido ao adiamento da reunião anterior; esclareceu que o calendário precisou ser  
954 ajustado em decorrência dessa postergação; finalizou dirigindo-se à presidência e  
955 sugerindo a continuidade da reunião com a análise do Item 4; prosseguindo, o  
956 Presidente Suplente, Sr. José Armênio, retomou a condução da reunião dando  
957 sequência à pauta iniciada no dia 22; introduziu a discussão do Item 4, referente ao  
958 detalhamento da sistematização do processo participativo, e informou que, na  
959 sequência, a Sra. Eliana, da Planurb, e o Sr. Fernando Gasperini dariam continuidade à  
960 apresentação; relatou que acompanhou todas as ações do processo participativo,

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

961 incluindo oficinas realizadas aos sábados nas subprefeituras, das quais participou em  
962 quatro ocasiões, bem como as audiências temáticas, que ocorreram duas vezes por  
963 semana no período noturno; destacou que o processo participativo foi estruturado em  
964 três principais canais de contribuição: a plataforma digital “Participe+”, as oficinas  
965 presenciais e as audiências temáticas; explicou que, na plataforma digital organizada  
966 pela Prefeitura, foram formuladas 13 questões para orientar a recepção das  
967 contribuições, cujas respostas foram organizadas em porcentagens conforme sua  
968 pertinência com o Plano Diretor Estratégico (PDE); esclareceu que algumas sugestões,  
969 apesar de consideradas relevantes, não estavam diretamente vinculadas ao PDE, mas  
970 foram registradas para análise futura; informou que a plataforma “Participe+”  
971 contabilizou 2.538 interações em perguntas de múltipla escolha e mais de 900  
972 comentários, demonstrando significativa participação da sociedade no processo de  
973 revisão intermediária do PDE; detalhou que as oficinas presenciais foram realizadas aos  
974 sábados em oito subprefeituras simultaneamente, totalizando 2.770 contribuições  
975 coletadas nos murais interativos, abrangendo temas como habitação, meio ambiente,  
976 desenvolvimento econômico, mobilidade, ordenamento territorial, gestão democrática e  
977 patrimônio cultural; reforçou que todas as contribuições foram analisadas em relação à  
978 sua aplicabilidade ao PDE e organizadas tematicamente; explicou que a estrutura do  
979 escopo da revisão, a ser apresentada no próximo item, inclui pontos específicos dentro  
980 do Plano Diretor que serão considerados para a revisão intermediária; mencionou que o  
981 terceiro canal de participação foram as audiências temáticas e reuniões com segmentos  
982 sociais, que registraram 122 contribuições nas audiências e 30 nas reuniões setoriais,  
983 abordando temas de destaque como gestão democrática, meio ambiente, habitação,  
984 mobilidade e patrimônio cultural; ressaltou que, ao longo de quatro semanas, milhares  
985 de pessoas participaram das atividades, sendo que a primeira semana ocorreu antes da  
986 liminar e as três subseqüentes após sua revogação; explicou que as audiências foram  
987 realizadas duas vezes por semana no período vespertino, enquanto reuniões com  
988 setores e segmentos sociais, como movimentos populares e representantes  
989 empresariais, ocorreram à noite; complementou que, aos sábados, foram realizadas  
990 oficinas distribuídas pelas subprefeituras, permitindo a coleta de contribuições  
991 territoriais específicas, cobrindo todas as 32 subprefeituras da cidade; enfatizou que,  
992 embora as contribuições possam refletir particularidades locais, como diferenças entre a  
993 habitação em São Mateus e em Pinheiros, elas foram organizadas por temas de  
994 abrangência geral no contexto do Plano Diretor; reforçou que essa categorização  
995 temática permitirá a definição do escopo da revisão, demonstrando a relação entre as  
996 características territoriais e as diretrizes do PDE; finalizou passando a palavra para a Sra.  
997 Eliana, responsável por iniciar a apresentação do processo de sistematização das  
998 contribuições coletadas; informou que permaneceria na reunião para os debates  
999 subseqüentes e esclareceu que a pauta seria discutida até as 17h00; destacou que, a  
1000 partir desse horário, o Item 6, referente à apresentação das etapas 2 e 3 do processo  
1001 participativo e do cronograma da revisão intermediária do PDE, seria conduzido pela  
1002 Sra. Patrícia Saran; confirmou que os debates sobre os Itens 4 e 5 seriam concluídos

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1003 antes das 17h00 e, na sequência, o cronograma seria analisado, conforme alinhado com  
1004 a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca; concluiu reafirmando que a partir das 17h00 a  
1005 discussão passaria para a apresentação do cronograma e concedeu a palavra à Sra.  
1006 Eliana para dar prosseguimento ao detalhamento do processo de sistematização das  
1007 contribuições. **05)** Após o início da apresentação do item 4 pelo Presidente Suplente, a  
1008 Coordenadora de PLANURB, Sra. Heliana Lombardi Artigiani seguiu com a apresentação  
1009 sobre o detalhamento da sistematização do processo participativo, e em sequência com  
1010 o item 5 sobre a proposta do escopo da revisão intermediária do PDE; dando  
1011 prosseguimento, o Representante Titular dos Movimentos de Mobilidade Urbana, Sr.  
1012 José Antônio Chinelato Zagato, da Ciclocidade, iniciou sua manifestação registrando sua  
1013 indignação pelo fato de, naquele exato momento, a Prefeitura de São Paulo estar  
1014 sancionando a lei do PIU Central dentro da Associação Comercial, sem que a minuta do  
1015 projeto tenha sido submetida ao Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU);  
1016 afirmou que considera essa atitude um franco desrespeito ao colegiado, que deveria ser  
1017 consultado em temas dessa magnitude; criticou o fato de que o Prefeito, até o presente  
1018 momento, não se reuniu com a Frente São Paulo Pela Vida, tampouco com os  
1019 conselheiros do CMPU para tratar dos problemas relacionados à revisão do Plano  
1020 Diretor; mencionou que imagina que o Secretário-Presidente do CMPU esteja presente  
1021 no evento de sanção da lei, já que, até então, não compareceu a nenhuma das reuniões  
1022 do Conselho; ressaltou a necessidade de registrar esse fato para que fique claro o real  
1023 significado das reuniões do CMPU perante a oficialidade; em seguida, voltou-se à  
1024 análise do diagnóstico apresentado, chamando atenção para o fato de que,  
1025 aparentemente, agentes públicos estão sendo contabilizados como participantes da  
1026 sociedade civil nas estatísticas de participação; enfatizou que servidores e  
1027 representantes do governo cumprem um papel institucional e, portanto, não deveriam  
1028 ser considerados como integrantes da participação social nos eventos; reiterou sua  
1029 insatisfação com o diagnóstico apresentado, afirmando que seu conteúdo demonstra  
1030 um desrespeito semelhante ao evidenciado no episódio da sanção do PIU Central;  
1031 criticou a abordagem utilizada no diagnóstico de mobilidade urbana e transporte  
1032 coletivo, ressaltando que o documento apenas repete diretrizes já estabelecidas no  
1033 Plano Diretor sem oferecer uma análise efetiva da situação; mencionou que, de acordo  
1034 com o artigo 227 do Plano Diretor, os objetivos do sistema de mobilidade deveriam ser  
1035 cumpridos até 2029, incluindo melhoria das condições de circulação, acessibilidade e  
1036 transporte público, além da redução do tempo de deslocamento e promoção da  
1037 sustentabilidade; argumentou que o diagnóstico deveria apontar as razões pelas quais  
1038 essas metas não foram cumpridas ou em que estágio de implementação se encontram,  
1039 ao invés de apenas reafirmar objetivos já previstos na legislação; criticou a falta de  
1040 aprofundamento no diagnóstico e questionou a contratação da Fundação para o  
1041 Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE) sem licitação para a elaboração  
1042 desse estudo, ressaltando que, posteriormente, a Prefeitura alegou ter condições  
1043 técnicas próprias para sua realização; afirmou que, se o diagnóstico apresentado reflete  
1044 a qualidade do trabalho contratado, então os recursos públicos foram desperdiçados,

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1045 pois não agregaram nenhuma nova informação ao debate; cobrou explicações sobre a  
1046 ausência de ciclovias nos locais onde já estavam previstas, bem como sobre a falta de  
1047 avanços na melhoria das condições de acessibilidade; destacou que mobilizar recursos  
1048 financeiros, técnicos e humanos para repetir diretrizes já existentes no Plano Diretor  
1049 não justifica a realização de um diagnóstico; expressou sua descrença quanto à  
1050 efetividade do processo participativo e afirmou que sequer faz mais perguntas, pois  
1051 considera que não são devidamente respondidas; finalizou deixando seu registro para  
1052 que, caso futuramente um promotor, juiz ou desembargador venha a analisar a questão,  
1053 fique evidente que o diagnóstico apresentado não corresponde ao rigor técnico  
1054 necessário para orientar políticas públicas; comparou a situação a uma avaliação médica,  
1055 na qual não basta dizer como o paciente deveria estar, mas sim compreender as razões  
1056 que o levaram a determinado estado de saúde, caso contrário, corre-se o risco de  
1057 prescrever soluções equivocadas, fazendo alusão ao uso inadequado de medicamentos  
1058 como a cloroquina para o tratamento da COVID-19; concluiu afirmando que o  
1059 diagnóstico apresentado não se sustenta e reforçando sua indignação com o processo;  
1060 em seguida, a Conselheira Lucila Falcão Pessoa Lacrete, titular da Sociedade dos Amigos  
1061 do Planalto Paulista (SAPP), iniciou sua manifestação dirigindo-se à Secretária Executiva,  
1062 Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, e à representante da Planurb, Sra. Eliana, para  
1063 levantar questionamentos sobre a participação popular no processo de revisão do Plano  
1064 Diretor Estratégico (PDE); destacou que a sociedade civil se manifestou de maneira  
1065 contundente, apresentando diagnósticos claros sobre a realidade da cidade,  
1066 especialmente em relação à habitação de interesse social (HIS) e à incompatibilidade  
1067 entre o uso do solo e a preservação ambiental; afirmou que, embora esse tema não  
1068 tenha sido explicitamente mencionado na apresentação, percebe-se que a população  
1069 identifica que o modelo de desenvolvimento urbano vigente não está alinhado com o  
1070 equilíbrio ambiental, o enfrentamento das mudanças climáticas e a oferta de  
1071 oportunidades de emprego, renda e moradia acessível; questionou de que forma o Plano  
1072 Diretor pretende enfrentar essa questão e se a lógica dos eixos estruturantes será  
1073 mantida ou revista; apontou que, em sua visão e na opinião de grande parte dos  
1074 participantes, a estruturação urbana tem gerado impactos negativos que não estão  
1075 sendo resolvidos, mitigados ou sequer equacionados; indagou se esse será um ponto  
1076 efetivo de análise e mudança na revisão do PDE, juntamente com a questão da  
1077 mobilidade urbana e da habitação de interesse social; destacou que, apesar do esforço  
1078 de participação popular, a adesão foi limitada em comparação à população total da  
1079 cidade de São Paulo, sugerindo que o chamamento público não foi suficientemente  
1080 forte para atrair a sociedade e divulgar amplamente a realização da revisão; perguntou  
1081 como esse desafio será enfrentado, considerando que, até o momento, não  
1082 compreendeu de forma clara qual será o escopo da revisão; apontou que, em sua  
1083 percepção, esse escopo já foi claramente indicado pelas manifestações populares, ainda  
1084 que as perguntas apresentadas na plataforma “Participe+” tenham sido formuladas de  
1085 maneira dirigida, dificultando a plena expressão dos participantes; relatou que a  
1086 estrutura do questionário impôs barreiras à participação e resultou em uma escuta

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1087 limitada da população, excluindo questões fundamentais do debate; expressou  
1088 preocupação com a possibilidade de que a revisão do PDE seja conduzida de maneira  
1089 superficial, apenas simulando um processo participativo sem que as manifestações  
1090 populares tenham impacto real sobre as decisões finais; cobrou um compromisso  
1091 efetivo com a análise e incorporação das demandas apresentadas, especialmente no que  
1092 diz respeito à ocupação do solo em equilíbrio com a sustentabilidade ambiental;  
1093 defendeu que as distorções e equívocos do atual Plano Diretor sejam corrigidos, pois  
1094 considera que, sem ajustes significativos, o modelo urbano vigente não permitirá  
1095 avanços concretos para a cidade; finalizou sua fala agradecendo e cedendo os 44  
1096 segundos restantes de seu tempo para outro conselheiro que desejasse se manifestar;  
1097 dando sequência, a Conselheira Wellyene Nicolau, representante da sociedade civil,  
1098 iniciou sua manifestação cumprimentando os presentes, incluindo o Secretário  
1099 Municipal, a Secretária Executiva Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, os colegas do  
1100 Conselho e os representantes do Poder Público; prosseguiu destacando que a questão  
1101 apontada pelo Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato (Ciclocidade) é evidente e  
1102 merece atenção, concordando com sua análise sobre a necessidade de um diagnóstico  
1103 mais aprofundado sobre o cumprimento das diretrizes do Plano Diretor Estratégico  
1104 (PDE); lembrou que, em 2015 e 2016, foram elaborados os Planos Regionais das  
1105 Subprefeituras, instrumentos de planejamento urbano cujo objetivo é detalhar as  
1106 diretrizes do PDE no âmbito territorial de cada subprefeitura, articulando políticas  
1107 setoriais e complementando aspectos urbanísticos e ambientais; ressaltou que, de  
1108 acordo com informações disponíveis na página oficial de Gestão Urbana, tais planos  
1109 deveriam ser monitorados anualmente pelas subprefeituras e pelo Poder Público, o que,  
1110 segundo sua avaliação, não tem ocorrido de maneira sistemática; questionou o status  
1111 atual dos Planos Regionais e enfatizou que o diagnóstico apresentado na reunião só terá  
1112 validade se também incluir informações concretas sobre o cumprimento ou não das  
1113 metas estabelecidas nesses planos, evidenciando avanços e retrocessos; defendeu que a  
1114 revisão intermediária do PDE deve estar alinhada a esses instrumentos e que tais  
1115 informações devem ser apresentadas de forma clara e acessível para permitir um  
1116 acompanhamento efetivo pela sociedade civil; em seguida, abordou a temática da  
1117 habitação, mencionando que, conforme destacado pela representante da Planurb, Sra.  
1118 Eliana, um dos temas mais abordados nas audiências públicas foi a questão da Habitação  
1119 de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP); relatou que, com base  
1120 na audiência territorial do Campo Limpo e em relatos de outras audiências, a principal  
1121 demanda habitacional da população se concentrou na HIS 1, ou seja, na moradia voltada  
1122 à população de baixa renda; afirmou que, na percepção dos participantes, a produção de  
1123 moradias promovida pelo atual modelo do PDE beneficiou majoritariamente faixas de  
1124 renda mais altas, classificadas como HIS 2, HIS 3 e HMP, sem atender de maneira  
1125 efetiva à demanda por moradias populares para famílias de renda mais baixa; defendeu  
1126 que a revisão do PDE deve ajustar seus instrumentos urbanísticos, vinculando qualquer  
1127 tipo de produção habitacional, incentivo fiscal ou isenção de outorga ao atendimento  
1128 prioritário da população de menor renda, garantindo que os recursos provenientes do

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1129 FUNDURB, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAI) ou do  
1130 próprio orçamento municipal sejam direcionados de forma eficaz para essa finalidade;  
1131 concluiu sua manifestação concordando com as colocações da Conselheira Lucila Falcão  
1132 Pessoa Lacreta e do Conselheiro José Antônio Chinelato Zagato sobre a necessidade de  
1133 transparência nos números apresentados sobre a participação popular nas oficinas  
1134 territoriais; destacou que, na audiência do Campo Limpo, os números divulgados não  
1135 refletem a real participação dos munícipes, uma vez que incluem agentes públicos da  
1136 subprefeitura, que estavam presentes mas não necessariamente participaram das  
1137 discussões e atividades das mesas temáticas; finalizou sua fala reforçando a necessidade  
1138 de uma abordagem mais criteriosa na contabilização da participação popular e  
1139 agradecendo a oportunidade de se manifestar; em seguida, o Conselheiro Durval  
1140 Tabach, Titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Sul 2, iniciou sua  
1141 manifestação endossando as falas dos conselheiros que o antecederam; afirmou sentir  
1142 falta de um relatório detalhado que indique o que está funcionando, o que ainda precisa  
1143 ser feito e quais avanços foram alcançados no âmbito da revisão do Plano Diretor;  
1144 prosseguiu relatando sua experiência na oficina territorial da Vila Mariana, mencionada  
1145 na apresentação da Sra. Eliana, da Planurb; destacou que esteve presente no evento e  
1146 que os dados apresentados na reunião não refletem adequadamente as preocupações  
1147 manifestadas pela população local; mencionou que a apresentação indicou que não  
1148 foram levantadas questões relevantes sobre os eixos de estruturação urbana, o que,  
1149 segundo ele, não condiz com a realidade observada no encontro; informou que possui  
1150 registros fotográficos do mural de contribuições da oficina, os quais evidenciam que o  
1151 tema ordenamento territorial foi o mais debatido, superando até mesmo as discussões  
1152 sobre meio ambiente, que também tiveram grande destaque; reforçou que, em  
1153 conversas com membros do Conselho Participativo Municipal, moradores e associações  
1154 de bairro da região, a principal preocupação manifestada foi justamente o crescimento  
1155 acelerado dos lançamentos imobiliários nos eixos de estruturação urbana, que tem  
1156 gerado impactos significativos para a população local; ressaltou que as inquietações da  
1157 comunidade incluem a saturação da infraestrutura urbana e os impactos ambientais,  
1158 especialmente no comprometimento dos cursos d'água da região; concluiu reiterando a  
1159 necessidade de que o diagnóstico reflita fielmente as preocupações manifestadas nas  
1160 oficinas e agradecendo a oportunidade de se pronunciar; a Representante da Secretaria  
1161 Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), Sra. Heliana Lombardi Artigiani,  
1162 esclareceu que os números apresentados referem-se ao número de contribuições e não  
1163 ao total de participantes; explicou que cada munícipe pôde fazer várias contribuições  
1164 dentro dos canais de participação, resultando em um número superior ao de indivíduos  
1165 presentes nos eventos; reforçou que os funcionários públicos que estiveram nas  
1166 oficinas desempenharam papel técnico e não foram contabilizados como participantes  
1167 do processo, a menos que tenham registrado contribuições na condição de munícipes;  
1168 destacou que o diagnóstico parte do que está estabelecido no Plano Diretor e busca  
1169 verificar o que ainda não foi implementado ou apresenta desafios para sua aplicação;  
1170 pontuou que alguns temas levantados durante as audiências e oficinas não estão

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1171 diretamente relacionados ao Plano Diretor, mas serão estudados e poderão ser tratados  
1172 em outros processos ou políticas públicas complementares; acrescentou que os  
1173 relatórios detalhados dos três canais de participação – oficinas, audiências e a  
1174 plataforma Participe+ – trarão informações mais aprofundadas sobre as contribuições e  
1175 sua transversalidade entre diferentes temas; explicou que muitas questões se  
1176 desdobram em várias dimensões, exigindo um cruzamento detalhado das contribuições  
1177 para compreender os impactos e as relações entre elas; citou como exemplo as  
1178 preocupações com os eixos de estruturação urbana, que foram interpretadas de  
1179 maneiras diferentes pelos participantes – enquanto alguns apontaram impactos  
1180 ambientais negativos, outros defenderam que os eixos deveriam ter mais Habitação de  
1181 Interesse Social (HIS) ou índices de aproveitamento diferenciados; mencionou que  
1182 também surgiram contribuições sobre a transformação no uso do solo nos eixos, com  
1183 questionamentos sobre a substituição de antigos comércios e serviços; enfatizou que  
1184 essa diversidade de opiniões exige uma organização temática das contribuições para  
1185 que o estudo do escopo da revisão seja bem fundamentado; referiu-se ao  
1186 questionamento do Conselheiro Durval Tabach, esclarecendo que a preocupação com o  
1187 impacto ambiental dos eixos na Vila Mariana foi registrada e analisada dentro dos  
1188 relatórios técnicos, incluindo aspectos como drenagem e ocupação do solo; reforçou  
1189 que essa análise mais detalhada está presente nos documentos da sistematização, que  
1190 incluem cruzamentos entre os diferentes temas abordados nas oficinas e audiências;  
1191 explicou que, na apresentação geral, a intenção foi destacar os temas mais mencionados  
1192 por cada subprefeitura em comparação com outras regiões da cidade, o que pode ter  
1193 dado a impressão de menor relevância em determinados casos; em relação à questão  
1194 levantada pela Conselheira Lucila Falcão Pessoa Lacreia sobre o escopo da revisão,  
1195 explicou que essa etapa do trabalho ainda está em andamento e que a definição dos  
1196 temas que serão efetivamente alterados no Plano Diretor depende da análise técnica e  
1197 das contribuições do processo participativo; mencionou que, ao final dessa fase, será  
1198 elaborada uma minuta de proposta, que será debatida com o Conselho e com a  
1199 sociedade; ressaltou que, até o momento, foram identificados os temas que demandam  
1200 estudo, mas que ainda não há definições concretas sobre quais mudanças serão  
1201 propostas; concluiu reforçando que o processo ainda está na fase de levantamento e  
1202 sistematização, e que todas as questões apresentadas estão sendo analisadas para  
1203 embasar possíveis alterações na revisão intermediária do Plano Diretor; afirmou que os  
1204 documentos disponíveis até o momento refletem os temas que serão aprofundados nos  
1205 próximos estudos e debates, deixando claro que a revisão não está concluída e que  
1206 novas análises ainda serão realizadas antes da definição das mudanças; finalizou sua fala  
1207 reafirmando que todas as informações estão sendo organizadas para garantir um  
1208 processo participativo e transparente, e que o trabalho seguirá avançando com base nos  
1209 estudos técnicos e na interação com o Conselho e a sociedade; em complemento, o  
1210 Presidente Suplente, Sr. José Armênio, afirmou que a Sra. Heliana Lombardi Artigiani  
1211 esclareceu bem a questão e reforçou que a metodologia aplicada na revisão do Plano  
1212 Diretor segue um processo estruturado para coletar contribuições de diferentes canais

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1213 e analisá-las dentro do escopo da revisão; mencionou que a apresentação destacou a  
1214 estruturação urbana e a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de  
1215 Mercado Popular (HMP), ressaltando que essas informações não restringem as  
1216 discussões, mas apenas evidenciam os temas que surgiram no processo participativo;  
1217 explicou que o diagnóstico já identificou que o adensamento dos eixos não foi  
1218 necessariamente habitacional, mas predominantemente construtivo, e que essa  
1219 constatação levará à necessidade de ajustes no Plano Diretor para direcionar melhor a  
1220 ocupação urbana; destacou que a revisão ocorre dentro de um ambiente de participação  
1221 democrática, no qual diferentes perspectivas devem ser consideradas, já que há  
1222 opiniões diversas sobre os impactos da ocupação e das diretrizes urbanísticas; afirmou  
1223 que os temas levantados nas oficinas e audiências são fundamentais para a etapa atual,  
1224 que consiste em identificar as principais questões a serem debatidas na revisão; citou o  
1225 exemplo do impacto ambiental dos eixos de estruturação urbana, destacando que  
1226 algumas contribuições apontam preocupações com a infraestrutura e a drenagem,  
1227 enquanto outras defendem o fortalecimento da HIS nesses locais; explicou que o Plano  
1228 Diretor busca aproximar o transporte coletivo da população e que o adensamento dos  
1229 eixos foi uma diretriz central da versão aprovada em 2014, mas que novas avaliações  
1230 são necessárias para entender como essas diretrizes se concretizaram na cidade;  
1231 mencionou que, no momento da elaboração do Plano Diretor, não foi realizado um  
1232 estudo de impacto ambiental detalhado, o que reforça a necessidade de  
1233 aprofundamento nessa revisão intermediária; destacou que, nesta fase, o objetivo é  
1234 consolidar os temas mais relevantes para que, na Etapa 2, sejam formuladas propostas  
1235 concretas de alteração; mencionou que a discussão sobre os eixos ainda será ampliada,  
1236 com munícipes defendendo tanto a necessidade de mais adensamento quanto a  
1237 preservação ambiental e territorial; esclareceu que a Secretaria Municipal de Urbanismo  
1238 e Licenciamento (SMUL) e o Poder Executivo analisarão as demandas e apresentarão  
1239 propostas, que serão debatidas pelo Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU),  
1240 onde poderão ser sugeridas alterações; reforçou que a Etapa 1 da revisão foca na  
1241 identificação das questões prioritárias, enquanto a próxima fase será dedicada à  
1242 formulação das mudanças específicas; concluiu mencionando que as contribuições  
1243 foram sistematizadas de forma qualitativa e quantitativa, garantindo que todas as  
1244 manifestações fossem registradas e consideradas na análise técnica; esclareceu que,  
1245 embora a lista de presença das oficinas e audiências não tenha sido divulgada, os  
1246 registros das contribuições estão disponíveis e têm o papel de orientar o futuro do  
1247 Plano Diretor; finalizou mencionando que ainda há algumas pessoas inscritas para se  
1248 manifestar e que a discussão seguirá com as contribuições dos demais conselheiros; na  
1249 sequência, a Representante Titular do Conselho Participativo Municipal da  
1250 Macrorregião Sul 1, Sra. Elodia Fátima Filippini, manifestou-se sobre a participação  
1251 popular nas oficinas, questionando se os organizadores possuíam um levantamento  
1252 detalhado da presença dos munícipes e se poderiam exibir essa contagem na tela;  
1253 mencionou que elaborou um relatório sobre a participação e encaminhou o documento  
1254 ao Conselheiro Francisco João Moreirão de Magalhães, destacando que, na oficina

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1255 realizada no CEU Sapopemba, registrou um total de 44 participantes, incluindo dois  
1256 representantes de movimentos sociais (MST e UISL), dois representantes do CMPU (ela  
1257 própria e Moreirão) e 20 munícipes; ressaltou que, para uma população de 282.000  
1258 habitantes somente em Sapopemba, a adesão foi insignificante, especialmente  
1259 considerando que muitos dos presentes estavam desorientados quanto ao objetivo da  
1260 oficina; afirmou que a maioria dos munícipes que compareceram eram membros do  
1261 CADES ou do Conselho Participativo Municipal, ou seja, pessoas que já possuíam  
1262 alguma noção do Plano Diretor Estratégico (PDE), enquanto a participação do cidadão  
1263 comum foi extremamente baixa; relatou que percorreu todas as mesas da oficina,  
1264 conversando com os munícipes, e constatou que muitos não sabiam como responder às  
1265 questões propostas, demonstrando desconhecimento sobre a revisão do PDE;  
1266 classificou essa participação como insuficiente e sugeriu que fosse apresentada uma  
1267 contagem precisa da presença dos munícipes em cada região, para avaliar com mais  
1268 clareza o impacto do processo participativo; destacou que a presença de apenas 20  
1269 munícipes entre 282.000 habitantes representa uma porcentagem irrisória, o que, em  
1270 sua visão, reflete falhas na divulgação do evento; afirmou que a Subprefeitura de  
1271 Sapopemba não realizou qualquer esforço significativo para divulgar a oficina, tornando  
1272 a adesão extremamente baixa; mencionou que os 20 munícipes presentes foram  
1273 convidados pelo próprio CPM, e que, sem esse esforço, a participação popular teria sido  
1274 ainda menor; enfatizou que, dos 44 presentes, 20 eram munícipes e os outros 24 eram  
1275 representantes de órgãos públicos ou movimentos organizados, o que distorce a  
1276 avaliação da participação popular no processo; finalizou sua manifestação colocando-se  
1277 à disposição para encaminhar os dados levantados e sugerindo que seja realizada uma  
1278 análise mais detalhada da efetividade das oficinas e do impacto real da participação dos  
1279 munícipes; dando continuidade, o Suplente do Conselho Participativo Municipal da  
1280 Macrorregião Oeste, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, iniciou sua  
1281 manifestação afirmando que a Prefeitura estava correta ao argumentar que não possuía  
1282 condições de realizar o diagnóstico internamente e que, por isso, precisaria contratar  
1283 uma empresa especializada; ironizou, no entanto, que essa justificativa se mostrou  
1284 verdadeira, pois, mesmo após a contratação, a Prefeitura não conseguiu apresentar um  
1285 levantamento de dados adequado; criticou o fato de os conselheiros receberem  
1286 apresentações já interpretadas e, ainda pior, serem submetidos a uma minuta de projeto  
1287 de lei elaborada sem sua participação prévia; argumentou que, nesse formato, o papel  
1288 do Conselho se limita a assistir à exposição de informações, sem exercer uma  
1289 participação real e efetiva no processo decisório; destacou que o problema do  
1290 diagnóstico não se resume apenas a verificar o que funcionou e o que não funcionou,  
1291 mas também a compreender as consequências dessas falhas ou acertos; defendeu que,  
1292 sem esse entendimento, a análise fica incompleta e impede uma revisão eficaz do Plano  
1293 Diretor Estratégico (PDE); enfatizou que há diversos dispositivos do Plano Diretor que  
1294 nunca foram implementados, não por problemas na legislação, mas por falta de  
1295 cumprimento da Prefeitura, e que é fundamental compreender os impactos gerados por  
1296 essa omissão; ressaltou que algumas diretrizes podem ter se mostrado ineficazes,

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1297 enquanto outras, que nunca foram aplicadas, poderiam ter surtido efeitos positivos,  
1298 sendo essencial mensurar essas consequências para fundamentar possíveis ajustes;  
1299 alertou que muitas discussões no Conselho confundem o papel dos conselheiros com o  
1300 de municípios comuns, reforçando que os membros do CMPU representam segmentos  
1301 significativos da população e não devem ser tratados apenas como cidadãos individuais;  
1302 destacou a importância de diferenciar a participação de conselheiros da participação  
1303 popular espontânea, para que o papel do Conselho seja devidamente reconhecido  
1304 dentro do processo de revisão do PDE; mencionou a questão da participação popular,  
1305 citando o relato da Sra. Elodia Fátima Filippini, que apontou números inflacionados nas  
1306 oficinas territoriais; afirmou que, na oficina do Campo Limpo, onde esteve presente,  
1307 percebeu que os números divulgados no site da Prefeitura eram muito superiores à  
1308 participação real registrada no evento; afirmou que a participação popular foi de  
1309 aproximadamente um terço do número divulgado oficialmente, o que compromete a  
1310 transparência dos dados apresentados; reforçou que essa baixa adesão não se restringiu  
1311 a um único território, mas foi um problema generalizado, afetando tanto bairros  
1312 periféricos quanto áreas de classe média e regiões mais centrais; destacou que a  
1313 metodologia adotada na consulta não foi eficaz nem para quem possui acesso restrito à  
1314 informação por meios analógicos, nem para aqueles que dispõem de banda larga e  
1315 outros recursos digitais, demonstrando que a estratégia de divulgação e participação  
1316 falhou de forma ampla; afirmou que não estava questionando a atuação dos  
1317 funcionários públicos nas oficinas, mas sim o fato de que esses servidores foram  
1318 contabilizados como participantes do processo, o que distorce a representatividade da  
1319 participação popular nos relatórios; citou que essa distorção foi observada não apenas  
1320 no Campo Limpo, mas também em outras subprefeituras, como em Sapopemba, entre  
1321 outras listadas nos relatórios analisados; concluiu que essa inconsistência nos dados  
1322 compromete a análise da participação social e ressaltou a necessidade de ajustes na  
1323 forma como os números são coletados e divulgados; finalizou agradecendo a  
1324 oportunidade de se manifestar e reforçando a importância de discutir esses problemas  
1325 com maior transparência dentro do Conselho; o Representante Titular dos Movimentos  
1326 de Mobilidade Urbana, Sr. José Antônio Chinelato Zagato (Ciclocidade), iniciou sua  
1327 manifestação questionando a transparência e a acessibilidade das informações  
1328 disponibilizadas pela Prefeitura no processo de revisão do Plano Diretor Estratégico  
1329 (PDE); afirmou que, apesar de ter levantado repetidamente a mesma questão em  
1330 reuniões do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) e em audiências públicas,  
1331 não conseguiu obter acesso integral às contribuições feitas, encontrando apenas  
1332 sínteses que suprimem as falas diretas dos participantes, sejam eles municípios ou  
1333 conselheiros, o que compromete a transparência e impede a conferência exata entre o  
1334 que foi manifestado pela população e o que foi efetivamente considerado no  
1335 diagnóstico; solicitou que, caso houvesse um documento com a íntegra das  
1336 contribuições, fosse informado onde poderia acessá-lo; prosseguiu cobrando um  
1337 posicionamento da Prefeitura sobre o cumprimento dos artigos 321 e 326 do Plano  
1338 Diretor, alegando que tais dispositivos não foram implementados sem que houvesse

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1339 justificativa clara para essa omissão; questionou também o cumprimento do artigo 327,  
1340 que trata do funcionamento do colegiado, e apontou falhas na atuação do CMPU,  
1341 destacando que diversas atribuições previstas no referido artigo não têm sido cumpridas  
1342 pelo Poder Público; criticou a abordagem adotada na sistematização das contribuições,  
1343 alegando que os temas estão sendo apresentados de forma genérica e sem  
1344 profundidade analítica, o que resulta em um discurso superficial, comparável à chamada  
1345 “positividade tóxica” comum em redes sociais, que desvia o foco das questões centrais;  
1346 demonstrou preocupação com o fato de que a Prefeitura ainda não apresentou quais  
1347 trechos do PDE serão alterados, adiando essa definição para um momento posterior  
1348 sem fornecer informações concretas; continuou sua crítica ao descumprimento da  
1349 legislação vigente, enfatizando que o artigo 321 do PDE determina que o Poder  
1350 Executivo deve adequar sua estrutura administrativa para garantir o cumprimento das  
1351 diretrizes até 2029, e que essa obrigação não está sendo respeitada; mencionou que a  
1352 negligência no cumprimento da lei tem impactos diretos na vida da população, citando  
1353 como exemplo o caso do ciclista Kauã dos Santos Queirós, atropelado na Avenida  
1354 Corifeu de Azevedo Marques, onde havia previsão de implantação de uma ciclovia que  
1355 jamais foi executada; questionou quem se responsabiliza por essas falhas e omissões, se  
1356 o Presidente do CMPU, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) ou outra entidade  
1357 do Poder Público, e criticou a Prefeitura por não priorizar a infraestrutura cicloviária,  
1358 que poderia ser implementada com um custo relativamente baixo; concluiu sua  
1359 manifestação afirmando que o descumprimento da legislação urbana não é uma questão  
1360 abstrata, mas sim um problema concreto que resulta em impactos severos, incluindo  
1361 mortes evitáveis, e exigindo respostas efetivas das autoridades responsáveis; em  
1362 seguida, o Representante Titular dos Movimentos Ambientais, Sr. Mateus Henrique  
1363 Berto Muradas (MUT. COHAB 1), iniciou sua manifestação ressaltando a baixa  
1364 participação popular no processo de revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE),  
1365 ilustrando sua fala com um histórico da atuação do Padre Ticão na Zona Leste; destacou  
1366 que, ao longo dos anos, a comunidade liderada pelo Padre Ticão desempenhou um  
1367 papel fundamental na promoção de políticas públicas, incluindo a implementação do  
1368 Plano de Metas da Prefeitura desde 2010; mencionou que, após o falecimento do Padre  
1369 em 2021, foi formado um fórum de movimentos sociais na Zona Leste para continuar  
1370 sua atuação política e comunitária, promovendo desde julho daquele ano quatro  
1371 reuniões itinerantes em diferentes subprefeituras, incluindo Ermelino Matarazzo, São  
1372 Miguel, Penha e Cidade Tiradentes; relatou que esses encontros tiveram grande adesão,  
1373 reunindo entre 100 e 150 participantes por reunião, com forte representatividade em  
1374 temas como saúde, moradia e cultura; afirmou que, durante esses encontros, fez  
1375 questão de perguntar aos participantes—pessoas geralmente engajadas em processos  
1376 participativos—se estavam cientes das audiências temáticas do PDE, e a resposta  
1377 unânime foi que não tinham conhecimento sobre essas audiências e, por isso, não  
1378 participaram; reforçou a crítica feita anteriormente pela Conselheira Elodia Fátima  
1379 Filippini, apontando que a divulgação do processo participativo foi ineficaz, sendo  
1380 direcionada mais para dentro dos gabinetes das subprefeituras do que para a população;

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1381 afirmou que essa falha explica a baixa adesão registrada na Zona Leste, que  
1382 historicamente conta com forte participação popular em debates urbanos; lamentou que  
1383 a Prefeitura tenha tratado a divulgação do PDE com descaso, impedindo uma  
1384 mobilização mais ampla da sociedade civil, especialmente considerando o impacto  
1385 significativo que a revisão do Plano Diretor pode ter na vida dos cidadãos; finalizou sua  
1386 manifestação questionando o Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento sobre  
1387 quais ações serão adotadas nos próximos passos do processo para corrigir essa baixa  
1388 participação e garantir maior efetividade na consulta pública sobre a revisão do PDE;  
1389 com a palavra, a Conselheira Titular do Conselho Participativo Municipal da  
1390 Macrorregião Leste 1, Sra. Stela de Camargo Dalt, que iniciou sua manifestação  
1391 reconhecendo que o debate já havia avançado para o Item 5, referente ao material  
1392 enviado previamente; afirmou que seu pedido feito na reunião anterior, para que os  
1393 capítulos e subcapítulos fossem detalhados, foi atendido, mas ainda restavam dúvidas  
1394 sobre o grau de aprofundamento das informações apresentadas; exemplificou citando a  
1395 Seção 4 – Serviço de Moradia Social, mencionando que esse tema foi citado tanto no  
1396 processo participativo quanto no diagnóstico elaborado pela Secretaria Municipal de  
1397 Urbanismo e Licenciamento (SMUL), mas, apesar disso, recebeu a classificação de não  
1398 estruturante e a orientação para que não fosse revisado na Etapa 2; questionou o  
1399 motivo pelo qual um tema amplamente mencionado não será revisado e defendeu que  
1400 os documentos deveriam apresentar um quadro mais integrado, reunindo as referências  
1401 ao tema dentro de um mesmo material, evitando a necessidade de consultas paralelas a  
1402 diversas tabelas para localizar informações específicas; argumentou que esse tipo de  
1403 organização dificultava a compreensão do material e a análise crítica da proposta de  
1404 revisão; reiterou que a disponibilização de informações claras e centralizadas é essencial  
1405 para garantir que os conselheiros e munícipes possam comparar a proposta de revisão  
1406 com o processo participativo, compreendendo como as contribuições da população  
1407 foram incorporadas ou não; destacou que, enquanto urbanista e pesquisadora, entende  
1408 que o diagnóstico deveria servir como fundamento da revisão do Plano Diretor,  
1409 iluminando os caminhos para ajustes nas diretrizes urbanísticas e adequando-as à  
1410 realidade atual; reforçou a necessidade de uma análise crítica que vá além da mera  
1411 apresentação de dados, avaliando o que ainda precisa ser cumprido para alcançar os  
1412 objetivos do Plano Diretor e garantir a efetividade da legislação vigente; finalizou  
1413 questionando a possibilidade de a Sra. Heliana Lombardi Artigiani, da SMUL, esclarecer  
1414 os critérios utilizados para definir por que alguns temas citados no diagnóstico e no  
1415 processo participativo não serão revisados, enquanto outros, mesmo sem terem sido  
1416 amplamente mencionados, serão alterados; agradeceu a atenção e reiterou a  
1417 importância de maior transparência e sistematização no acesso às informações; dando  
1418 continuidade, a Representante Suplente da Associação dos Amigos da Harmonia do  
1419 Jardim Botânico (AAHJB), Sra. Verônica Kroll, iniciou sua manifestação questionando a  
1420 demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) voltadas para Habitação de  
1421 Interesse Social (HIS) dentro dos eixos urbanos; afirmou que, historicamente, os eixos  
1422 foram ficando para trás no planejamento habitacional e questionou quando essas ZEIS

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1423 serão efetivamente delimitadas nos mapas oficiais; destacou que, quando se mistura HIS  
1424 e Habitação de Mercado Popular (HMP) em um mesmo zoneamento, há uma tendência  
1425 de se construir exclusivamente unidades HMP, excluindo HIS, o que resulta na ausência  
1426 de moradias destinadas às famílias de baixa renda; questionou quando essa definição  
1427 será consolidada no Plano Diretor, para que se possa estimar com clareza quantas  
1428 unidades habitacionais populares serão realmente construídas nesses eixos; manifestou  
1429 preocupação com a atual dinâmica de verticalização, onde apenas empreendimentos  
1430 imobiliários voltados a faixas de renda mais alta estão sendo erguidos, dificultando o  
1431 acesso à moradia para aqueles que não possuem condições financeiras para adquirir um  
1432 imóvel nessas regiões; em seguida, abordou a questão dos imóveis tombados, relatando  
1433 que sua associação está sediada na Casa Antiga Triângulo, um imóvel tombado do qual  
1434 sequer tinham conhecimento desse status, pois a restrição não constava na matrícula do  
1435 imóvel; questionou por que a Prefeitura tomba imóveis sem notificá-los nos registros  
1436 cartoriais, permitindo que proprietários vendam ou até derrubem edificações de valor  
1437 histórico sem que os novos adquirentes tenham ciência da restrição; sugeriu que o  
1438 Plano Diretor inclua um dispositivo que obrigue a notificação dos cartórios de registro  
1439 de imóveis sempre que um tombamento for decretado, garantindo que essa informação  
1440 esteja presente na matrícula e evitando a destruição do patrimônio cultural e  
1441 arquitetônico da cidade; concluiu sua fala reforçando sua preocupação com a falta de  
1442 informações acessíveis sobre esses temas e solicitando esclarecimentos sobre as  
1443 medidas que serão adotadas para corrigir essas lacunas no planejamento urbano; em  
1444 réplica, a Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL),  
1445 Sra. Heliana Lombardi Artigiani, iniciou sua manifestação esclarecendo que os dados  
1446 referentes à participação nas oficinas e ao volume de contribuições foram  
1447 disponibilizados previamente aos conselheiros; mencionou que os documentos enviados  
1448 incluem tanto a quantidade de participantes quanto o conteúdo das contribuições,  
1449 permitindo que o Conselho tenha acesso integral às informações coletadas durante o  
1450 processo participativo; destacou que os materiais são extensos e, por essa razão, não  
1451 podem ser analisados integralmente durante a reunião, mas estão acessíveis para  
1452 consulta nas plataformas oficiais da Prefeitura; reforçou que a apresentação feita na  
1453 reunião traz os resultados das contribuições, ou seja, uma análise qualitativa dos temas  
1454 levantados, e não apenas o número de participantes nos eventos presenciais; explicou  
1455 que o diagnóstico foi estruturado a partir de um cruzamento de dados entre os  
1456 relatórios de monitoramento do Plano Diretor e as informações coletadas no processo  
1457 participativo; enfatizou que o monitoramento do Plano Diretor tem sido realizado de  
1458 forma contínua, permitindo avaliar os efeitos das políticas urbanas implementadas e  
1459 identificar quais metas foram alcançadas e quais desafios permanecem; mencionou que,  
1460 no ano anterior, foi elaborado um relatório mais aprofundado, abordando a estrutura do  
1461 Plano Diretor e os impactos observados na cidade; afirmou que o diagnóstico  
1462 apresentado na reunião foi desenvolvido com base nessas análises, buscando identificar  
1463 distorções entre os objetivos do Plano Diretor e seus efeitos práticos; esclareceu que a  
1464 metodologia adotada não consistiu em uma análise artigo por artigo, mas sim em uma

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1465 avaliação das soluções propostas pelo Plano Diretor e seus impactos reais no território;  
1466 explicou que, na próxima fase da revisão, será realizada uma interface com os artigos da  
1467 legislação para determinar quais dispositivos precisam ser revisados e ajustados para  
1468 corrigir as distorções identificadas; ressaltou que o processo participativo trouxe  
1469 contribuições em linguagem mais genérica, enquanto a análise técnica exige uma leitura  
1470 mais detalhada para compreender como essas demandas se relacionam com os artigos  
1471 do Plano Diretor; mencionou que o trabalho realizado até o momento tem sido  
1472 apresentado de maneira sistemática e metodológica, e que o material disponibilizado  
1473 reflete esse esforço; mencionou que parte das dúvidas levantadas durante a reunião  
1474 está relacionada ao processo participativo, deixando essa questão para ser respondida  
1475 pela equipe responsável por essa etapa; dirigiu-se à Conselheira Stela de Camargo Dalt,  
1476 solicitando que informasse especificamente onde, na Seção 4, foi identificado o  
1477 problema apontado; mencionou que, por se tratar de um tema técnico dentro do  
1478 documento, Fernando Gasperini seria o responsável por esclarecer essa questão de  
1479 forma mais detalhada; concluiu sua fala reafirmando que o diagnóstico e os relatórios de  
1480 sistematização do processo participativo estão disponíveis para consulta e que as  
1481 contribuições seguem sendo analisadas dentro da metodologia estabelecida; em réplica,  
1482 o Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), Sr.  
1483 Fernando Gasperini, iniciou sua manifestação esclarecendo a metodologia utilizada na  
1484 análise dos elementos estruturantes dentro da revisão do Plano Diretor Estratégico  
1485 (PDE); explicou que essa análise é apenas uma das camadas empregadas na definição  
1486 dos contornos da revisão, sendo complementada por outras abordagens; destacou que  
1487 diversas questões levantadas no processo participativo, como as mencionadas pela  
1488 Conselheira Lucila Falcão Pessoa Lacreta, relacionadas a empreendimentos de  
1489 Habitação de Interesse Social (HIS) em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e à  
1490 ocupação dos eixos de estruturação urbana, já haviam sido abordadas no diagnóstico  
1491 técnico e na percepção popular, razão pela qual foram incluídas para um  
1492 aprofundamento na próxima etapa da revisão; ressaltou que a intenção é avaliar quais  
1493 pontos da política urbana vigente devem ser aprimorados, considerando os efeitos  
1494 observados ao longo dos últimos sete anos de aplicação do PDE; esclareceu que a  
1495 classificação de um item como estruturante ou não estruturante não é o único critério  
1496 de análise, sendo necessário também examinar o mérito da política pública e seus  
1497 objetivos; mencionou que algumas questões identificadas no processo participativo não  
1498 indicam, necessariamente, a necessidade de revisão, mas sim a falta de implementação  
1499 de determinadas políticas, o que exige um estudo mais aprofundado para compreender  
1500 se a revisão é o caminho adequado para solucionar tais problemas; utilizou como  
1501 exemplo o Serviço de Moradia Social, afirmando que, apesar de ter sido citado no  
1502 processo participativo, não houve indícios suficientes para justificar sua revisão dentro  
1503 do Plano Diretor; explicou que a metodologia adotada envolve a coleta e cruzamento de  
1504 camadas de análise, permitindo que, à medida que os estudos avancem, novos  
1505 elementos possam ser incluídos ou reavaliados para verificar se precisam ou não ser  
1506 revisados; mencionou que, na primeira análise dos elementos estruturantes do Plano

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1507 Diretor, aproximadamente um terço do conteúdo da legislação foi classificado como  
1508 diretrizes e objetivos, enquanto dois terços foram considerados elementos de aplicação,  
1509 mais suscetíveis a revisões; afirmou que, ao final da análise, apenas um terço dos  
1510 dispositivos identificados foi encaminhado para um aprofundamento na segunda fase da  
1511 revisão, enquanto metade dos itens analisados, mesmo não sendo estruturantes,  
1512 permaneceram inalterados, pois necessitam ser aplicados e testados por mais tempo  
1513 antes de serem revisados em uma futura atualização do Plano Diretor; concluiu sua  
1514 manifestação fornecendo um panorama geral da metodologia empregada e reforçando  
1515 que a revisão será fundamentada em critérios técnicos e políticos, com base nas análises  
1516 já realizadas e no aprofundamento que ocorrerá na próxima etapa do processo  
1517 participativo; na continuidade, a Conselheira Titular do Conselho Participativo Municipal  
1518 da Macrorregião Leste 1, Sra. Stela de Camargo Dalt, respondeu à explicação do Sr.  
1519 Fernando Gasperini, afirmando que compreendeu a lógica apresentada, que estava  
1520 alinhada ao que já imaginava; destacou, no entanto, que sua dúvida persiste quanto à  
1521 forma de lidar com artigos, capítulos e subitens do Plano Diretor que foram citados  
1522 tanto pela população quanto pela própria Planurb, seja por sua importância ou por  
1523 dificuldades na aplicação; questionou como será possível garantir que essas diretrizes se  
1524 tornem efetivas caso o Plano Diretor não seja alterado, já que a simples manutenção do  
1525 texto legal não assegura que a política urbana saia da esfera normativa e se concretize  
1526 como uma política pública real; mencionou que, embora algumas diretrizes possam não  
1527 precisar de alteração no Plano Diretor, ainda assim há a necessidade de mecanismos  
1528 que incentivem sua implementação e assegurem que os problemas apontados pela  
1529 população sejam de fato enfrentados; ressaltou que esse é o desafio central do  
1530 processo de revisão, pois um texto bem elaborado não garante, por si só, sua aplicação  
1531 na prática; afirmou que, embora compreenda a decisão de não revisar certos  
1532 dispositivos, segue questionando quais serão os instrumentos ou estratégias para  
1533 viabilizar a efetivação dessas diretrizes; finalizou sua fala como uma provocação ao  
1534 debate, mencionando que todos no Conselho compartilham essa preocupação e que  
1535 essa é uma questão central na discussão sobre a revisão do Plano Diretor; agradeceu a  
1536 atenção e encerrou sua manifestação; em seguida, o Representante da Planurb, Sr.  
1537 Fernando Gasperini, complementou a discussão mencionando que o relatório em  
1538 elaboração, já encaminhado aos conselheiros, busca esclarecer a relação entre o Plano  
1539 Diretor Estratégico (PDE) e a regulamentação das políticas urbanas; explicou que o  
1540 Plano Diretor funciona como o instrumento principal que define as diretrizes para o  
1541 desenvolvimento urbano, enquanto diversas leis complementares são criadas  
1542 posteriormente para regulamentar sua aplicação em áreas específicas; destacou que,  
1543 além da legislação, a implementação das políticas urbanas envolve um trabalho contínuo  
1544 da Prefeitura para viabilizar instrumentos e programas que garantam a aplicação prática  
1545 das diretrizes estabelecidas; afirmou que muitos aspectos apontados no diagnóstico e  
1546 no processo participativo evidenciam a necessidade de avançar na implementação das  
1547 políticas urbanas, mas isso não significa, necessariamente, que esses temas devam ser  
1548 tratados por meio da revisão da lei do Plano Diretor; concluiu ressaltando que nem

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1549 todos os desafios identificados exigem mudanças legislativas, pois muitas questões  
1550 podem ser resolvidas por meio da efetivação e aprimoramento das políticas públicas já  
1551 existentes; com a palavra, a Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e  
1552 Licenciamento (SMUL), Sra. Heliana Lombardi Artigiani, respondeu à Sra. Verônica Kroll,  
1553 mencionando que os temas levantados por ela estão sendo estudados no âmbito da  
1554 revisão do Plano Diretor; afirmou que um dos principais desafios identificados é garantir  
1555 que as unidades de Habitação de Interesse Social (HIS) sejam efetivamente destinadas  
1556 às famílias que mais precisam, evitando que a dinâmica do mercado imobiliário favoreça  
1557 exclusivamente empreendimentos de Habitação de Mercado Popular (HMP);  
1558 mencionou que essa questão já foi identificada como um problema e está sendo  
1559 analisada dentro dos estudos técnicos da revisão, aparecendo não apenas como um  
1560 instrumento de política habitacional, mas também dentro das discussões sobre os eixos  
1561 de estruturação urbana e outras estratégias de desenvolvimento urbano; garantiu que a  
1562 equipe responsável está buscando soluções para assegurar que a produção habitacional  
1563 cumpra seu papel social e alcance a população de baixa renda; em relação à questão dos  
1564 imóveis tombados, informou que a equipe técnica verificará como funciona atualmente  
1565 o processo de notificação do tombamento na matrícula dos imóveis, analisando se essa  
1566 questão deve ser incluída na revisão do Plano Diretor; comprometeu-se a encaminhar o  
1567 tema para avaliação mais detalhada e finalizou sua manifestação afirmando que as  
1568 questões levantadas foram registradas e serão consideradas nas próximas etapas da  
1569 revisão; em seguida, passou a palavra para a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga  
1570 Cavallari Fonseca; na sequência, a Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari  
1571 Fonseca, agradeceu as contribuições da Sra. Heliana Lombardi Artigiani e do Sr.  
1572 Fernando Gasperini e, não havendo mais manifestações sobre os itens discutidos,  
1573 encaminhou a reunião para o Item 6 da pauta; informou que o próximo ponto trata da  
1574 apresentação da proposta das agendas participativas das Etapas 2 e 3 do processo  
1575 participativo da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico (PDE); mencionou  
1576 que essa apresentação será conduzida pela Sra. Patrícia Saran, responsável por expor as  
1577 diretrizes e os encaminhamentos previstos para as próximas fases do processo. **06)** Em  
1578 seguida, a Representante Técnica da Assessoria de Participação Social da Secretaria  
1579 Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), Sra. Patrícia Saran, apresentou o item  
1580 6. da pauta com a apresentação da proposta das agendas participativas das etapas 2 e 3  
1581 do processo participativo da revisão intermediária do PDE; na continuidade, o  
1582 Representante Titular da Câmara Temática de Mobilidade e Transportes (CMTT), Sr.  
1583 Mauro Sérgio Calliari, manifestou suas considerações acerca da apresentação realizada,  
1584 destacando que a última parte foi excessivamente sucinta e demandaria um  
1585 aprofundamento maior, especialmente no que tange à sugestão da Sra. Patrícia Saran  
1586 sobre a realização de um workshop com os membros do Conselho Municipal de Política  
1587 Urbana (CMPU); ressaltou que a reunião em curso poderia ter contemplado esse  
1588 debate, mas compreende a importância do encontro proposto; salientou que será  
1589 necessário um esforço significativo para interpretar o diagnóstico apresentado, a fim de  
1590 estabelecer quais serão as frentes prioritárias de discussão, enfatizando que a maneira

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1591 como a primeira parte da apresentação foi estruturada não permitiu compreender  
1592 claramente a relação entre o diagnóstico e as propostas subsequentes; alertou que a  
1593 dificuldade em processar essas informações pode comprometer a efetividade das  
1594 deliberações futuras; apontou o risco de, nessa fase do processo, surgirem propostas de  
1595 diferentes naturezas sem uma categorização prévia, sugerindo que o grupo do CMPU e  
1596 o workshop a ser realizado busquem organizar essas proposições em grupos temáticos;  
1597 reforçou a necessidade de evitar modificações em princípios estruturantes do Plano  
1598 Diretor, citando como exemplo a questão dos eixos de estruturação da transformação  
1599 urbana, visto que há manifestações contrárias a essa diretriz, enquanto outros  
1600 defendem seu aprimoramento; destacou que é essencial, antes de abrir novas consultas  
1601 públicas, definir essas grandes categorias, reduzindo a dispersão dos debates;  
1602 mencionou que a ausência dessa organização tem gerado dificuldades na condução da  
1603 reunião, dificultando a percepção clara sobre quais medidas do Plano Diretor estão  
1604 atingindo seus objetivos e quais estão distantes de suas metas; reiterou que o momento  
1605 atual exige um processo de sistematização mais eficiente, com a formulação de  
1606 categorias e diretrizes compreensíveis a todos; enfatizou a importância da  
1607 implementação dos Planos de Bairro ou Planos Regionais, ressaltando que, no Plano  
1608 Diretor de 2014, essa etapa foi suprimida, resultando em um salto direto para a  
1609 regulamentação do zoneamento, o que comprometeu a conexão entre a diretriz macro e  
1610 as especificidades locais; defendeu que as audiências realizadas nas subprefeituras  
1611 evidenciam a necessidade de discutir o planejamento em escala local, razão pela qual  
1612 cobrou uma posição da Prefeitura sobre a estruturação desses planos e a retomada  
1613 dessa discussão; lembrou que, na gestão anterior, houve a tentativa de designar  
1614 arquitetos para cada subprefeitura, a fim de estabelecer diretrizes mais concretas para  
1615 os territórios, e expressou sua preocupação de que essa abordagem tenha sido  
1616 abandonada; finalizou sua intervenção ressaltando que a consolidação dos Planos de  
1617 Bairro deve preceder qualquer revisão do zoneamento, garantindo que as definições  
1618 territoriais contemplem as particularidades de cada região e não sejam conduzidas  
1619 apenas por interesses econômicos, sem considerar a qualidade de vida da população; na  
1620 sequência, o Representante Titular do Movimento Ambientalista, Sr. Mateus Henrique  
1621 Berto Muradas, manifestou suas considerações acerca da participação social no  
1622 processo de revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE), ressaltando que, no ano  
1623 anterior, o CMPU teve intensos debates sobre a necessidade de adiar a realização da  
1624 revisão, principalmente devido às preocupações dos conselheiros quanto à limitação da  
1625 participação social em razão da pandemia; destacou que, com o adiamento, havia a  
1626 expectativa de que o tempo adicional permitiria ampliar a divulgação e criar condições  
1627 sanitárias adequadas para garantir uma participação mais efetiva da população; pontuou  
1628 que, em sua avaliação, as consultas e audiências realizadas nesta primeira etapa foram  
1629 insuficientes para cumprir esse objetivo; questionou qual é a percepção do Poder  
1630 Público sobre a adequação desse processo, uma vez que, conforme mencionado pela  
1631 Conselheira Elodia, algumas audiências contaram com a presença de apenas 10 a 15  
1632 pessoas, o que levanta dúvidas sobre a efetividade do envolvimento popular; expressou

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1633 sua preocupação com o fato de que muitas pessoas engajadas em debates urbanos não  
1634 participaram por falta de conhecimento sobre o processo em curso; questionou se o  
1635 governo considera satisfatório o nível de participação alcançado até o momento;  
1636 destacou que, além da baixa adesão, a qualidade da participação também deve ser  
1637 avaliada, visto que a plataforma Participe+ possibilitou manifestações majoritariamente  
1638 opinativas, enquanto as audiências assumiram um caráter mais reivindicatório; indagou  
1639 se houve algum tipo de qualificação das propostas no processo presencial e solicitou  
1640 esclarecimentos sobre a metodologia utilizada para interpretar os resultados finais da  
1641 consulta; mencionou a existência de uma suposta clusterização dos dados e questionou  
1642 como essa sistematização foi realizada, especialmente no que se refere à organização  
1643 das contribuições por território; encerrou sua fala reiterando a importância de garantir  
1644 que a participação social ocorra de maneira qualificada e transparente, de forma a  
1645 influenciar efetivamente a revisão do Plano Diretor; na continuidade, a Representante  
1646 Titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Leste 1, Sra. Elodia Fátima  
1647 Fillipni, manifestou sua preocupação com a divulgação insuficiente do processo de  
1648 revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) para a população, enfatizando que a  
1649 participação social contabilizada nas oficinas foi extremamente baixa e questionando se  
1650 essa representatividade seria suficiente para garantir uma revisão justa e socialmente  
1651 inclusiva; ressaltou que, como conselheira, está diretamente exposta às demandas da  
1652 população, ao contrário das subprefeituras, que se distanciam dos munícipes,  
1653 pontuando que se o próprio subprefeito não recebe o cidadão, menos ainda a  
1654 Prefeitura, na figura do Prefeito Ricardo Nunes, terá um olhar atento sobre como essa  
1655 revisão impactará a população; criticou a falha na divulgação do processo, destacando a  
1656 discrepância entre os recursos disponíveis para a administração municipal e a efetiva  
1657 comunicação com os cidadãos; apontou que, enquanto os funcionários da prefeitura  
1658 possuem qualificação técnica e orçamento para viabilizar um processo claro e acessível,  
1659 a atuação das subprefeituras se mostra mais voltada à arrecadação de impostos do que  
1660 à transparência e participação social; lamentou que as reuniões do CMPU estejam  
1661 consumindo tempo sem alcançar um envolvimento real da população, o que pode  
1662 resultar em impactos diretos na vida dos cidadãos sem que eles sequer tenham  
1663 consciência das mudanças propostas no Plano Diretor; frisou que essa revisão deveria  
1664 corrigir falhas do PDE 2014, mas, do modo como está sendo conduzida, parece  
1665 caminhar para repetir os mesmos equívocos, sendo um processo que desgasta os  
1666 conselheiros e os funcionários envolvidos, sem, no entanto, atingir seu objetivo  
1667 essencial de informar a população; destacou que os cidadãos precisam compreender o  
1668 que é o PDE, onde poderão residir, quanto tempo levarão para se deslocar ao trabalho e  
1669 como essas mudanças afetarão sua qualidade de vida, citando problemas cotidianos  
1670 como dificuldades de mobilidade urbana e acesso a serviços básicos; reforçou que a  
1671 Prefeitura de São Paulo não está utilizando adequadamente seus recursos para  
1672 esclarecer a importância da revisão do PDE, nem promovendo uma comunicação efetiva  
1673 por meio das subprefeituras; criticou a falta de transparência no envio de documentos  
1674 para análise dos conselheiros, mencionando que os únicos e-mails que recebe da

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1675 Prefeitura são referentes às convocações das reuniões, sem envio prévio de materiais  
1676 para avaliação; ressaltou que a Zona Leste, região que representa, possui características  
1677 muito distintas de outras áreas da cidade, como Pinheiros, e que opinar sobre uma  
1678 macrorregião inteira sem o devido respaldo da população local torna-se um processo  
1679 deslegitimado; alertou que, no futuro, a responsabilidade pelas decisões tomadas será  
1680 atribuída aos conselheiros, que são colocados como interlocutores mais próximos dos  
1681 munícipes, mas que, na realidade, não são levados a sério pelo próprio órgão municipal;  
1682 reiterou que sua crítica não se dirige aos funcionários técnicos da Prefeitura, mas à  
1683 instituição como um todo, que falha ao não garantir um processo de participação social  
1684 legítimo e transparente; finalizou sua fala reforçando a necessidade de uma  
1685 comunicação clara, ampla e acessível à população, garantindo que a revisão do Plano  
1686 Diretor ocorra de forma verdadeiramente democrática e representativa; em seguida, a  
1687 Secretária Executiva do CMPU, Sra. Talita, esclareceu a questão levantada pela  
1688 Representante Titular do Conselho Participativo Municipal da Macrorregião Leste 1,  
1689 Sra. Elodia Fátima Fillipni, a respeito do recebimento dos materiais de discussão;  
1690 informou que, conforme já mencionado em reuniões anteriores, os e-mails de  
1691 convocação enviados aos conselheiros contêm um link para acesso aos documentos que  
1692 serão debatidos na pauta; ressaltou que, caso o material ainda não esteja disponível no  
1693 momento da convocação, ele é encaminhado posteriormente, respeitando o prazo  
1694 mínimo de cinco dias antes da reunião; reforçou que todos os documentos deliberados,  
1695 debatidos e discutidos pelo CMPU são disponibilizados com antecedência e acessíveis  
1696 pelo link enviado na convocação; orientou a Sra. Elodia a entrar em contato diretamente  
1697 com a Secretaria Executiva caso não consiga acessar os materiais, para que a equipe  
1698 possa prestar o suporte necessário; finalizou sua intervenção reafirmando que todos os  
1699 documentos foram devidamente encaminhados antes das reuniões, garantindo  
1700 transparência no processo; dando continuidade, o Presidente Suplente da Secretaria  
1701 Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), Sr. José Armênio de Brito Cruz,  
1702 manifestou-se em resposta aos questionamentos levantados pelos conselheiros Sr.  
1703 Mauro Sérgio Calliari, Sr. Mateus Henrique Berto Muradas e Sra. Elodia Fátima Fillipni;  
1704 iniciou sua fala esclarecendo que todos os documentos pertinentes às reuniões são  
1705 disponibilizados previamente, respeitando rigorosamente os prazos estabelecidos pela  
1706 Secretaria Executiva do CMPU, enfatizando que, caso haja qualquer dificuldade de  
1707 acesso, os conselheiros devem entrar em contato diretamente com a Secretária  
1708 Executiva, Sra. Talita, ou com ele próprio para resolução imediata, reforçando a  
1709 importância da transparência e da ampla divulgação dos materiais de análise; em relação  
1710 às considerações do Sr. Mateus Henrique Berto Muradas sobre a participação social,  
1711 destacou que, no campo do planejamento urbano, é fundamental que a administração  
1712 pública amplie os canais de escuta e atendimento às demandas da população, contudo,  
1713 pontuou que há um fator estrutural essencial a ser considerado, que é o tempo, pois a  
1714 postergação de decisões pode comprometer a implementação de instrumentos  
1715 urbanísticos cruciais, citando como exemplo a produção de Habitação de Interesse  
1716 Social (HIS 1) junto aos eixos de transporte coletivo, explicando que a demora na

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1717 efetivação dessas políticas pode resultar na ocupação dos territórios por  
1718 empreendimentos que não atendem à população mais vulnerável, ressaltando que o  
1719 diagnóstico do Plano Diretor apontou que o adensamento populacional planejado não  
1720 ocorreu conforme esperado e que, portanto, é necessário agir com celeridade para  
1721 corrigir esse desvio, garantindo que o crescimento urbano esteja alinhado ao transporte  
1722 coletivo e não ao uso do transporte individual, reforçando que a inércia na resolução  
1723 desses desafios perpetua problemas estruturais e exige coragem na tomada de decisões;  
1724 com relação à indagação do Sr. Mauro Sérgio Calliari sobre os Planos de Bairro,  
1725 esclareceu que, de acordo com a legislação vigente, não cabe à administração pública  
1726 elaborá-los diretamente, mas sim fomentar sua realização pela sociedade civil,  
1727 reconhecendo, no entanto, que a implementação desses planos foi insatisfatória e que  
1728 essa lacuna precisa ser analisada, destacando que os Planos Regionais das  
1729 Subprefeituras estabeleceram perímetros de ação prioritários, mapeando desafios locais  
1730 como infraestrutura deficiente, mobilidade e necessidade de novos equipamentos  
1731 públicos, mas admitindo a ausência de um mecanismo eficiente de monitoramento  
1732 dessas ações; mencionou que existem aproximadamente 368 perímetros de ação  
1733 definidos nas subprefeituras e que a prefeitura deveria aprimorar o acompanhamento  
1734 dessas iniciativas, adiantando que está sendo discutida internamente uma estratégia  
1735 para fortalecer a articulação entre a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento  
1736 (SMUL) e as subprefeituras, ampliando a presença de técnicos especializados nos  
1737 territórios para um acompanhamento mais próximo e eficiente; destacou ainda que a  
1738 abordagem do Urbanismo Social tem sido uma alternativa para promover melhorias  
1739 urbanísticas em áreas vulneráveis, sendo que já há um plano em desenvolvimento no  
1740 Jardim Lapena e outros 10 projetos em andamento, explicando que essa metodologia  
1741 busca integrar infraestrutura, drenagem, mobilidade e soluções habitacionais,  
1742 aproximando o planejamento urbano das necessidades reais da população; finalizou  
1743 reconhecendo que, embora o Plano Diretor não possa, por si só, solucionar todas as  
1744 deficiências estruturais da gestão municipal, ele pode contribuir para aprimorar  
1745 mecanismos de articulação entre os diferentes níveis de governo e da sociedade civil,  
1746 reafirmando o compromisso da administração em aprimorar esses processos e  
1747 destacando que críticas construtivas são sempre bem-vindas para a evolução das  
1748 políticas públicas; dando prosseguimento, a Representante da Secretaria Municipal de  
1749 Urbanismo e Licenciamento (SMUL), Sra. Patrícia Saran, manifestou-se em  
1750 complemento às colocações do Presidente Suplente da SMUL, Sr. José Armênio de  
1751 Brito Cruz, ressaltando que a ampliação da participação social é um objetivo contínuo da  
1752 administração pública e que diversos fatores, como a recente crise sanitária, impactaram  
1753 negativamente esse processo; enfatizou que o governo segue empenhado na busca por  
1754 maior engajamento da população e destacou que não se pode afirmar que a  
1755 administração municipal já se dá por satisfeita com o nível de participação alcançado,  
1756 visto que o processo ainda está em curso; apontou que, em sua experiência na  
1757 condução de processos participativos, a primeira etapa sempre representa o momento  
1758 inicial de aproximação com a sociedade, no qual apenas parte da população já envolvida

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1759 se manifesta, enquanto o envolvimento mais amplo tende a ocorrer ao longo do tempo,  
1760 conforme as discussões avançam e o tema se populariza; mencionou que, dada a  
1761 natureza abstrata do planejamento urbano e sua complexidade, é necessário estimular  
1762 um maior entendimento por parte da sociedade sobre a importância do Plano Diretor,  
1763 uma vez que a população, em geral, busca resultados imediatos, enquanto os efeitos do  
1764 planejamento territorial ocorrem a médio e longo prazo; sugeriu que, visando a grande  
1765 revisão do Plano Diretor em 2029, o Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU)  
1766 deveria começar a se organizar antecipadamente, por volta de 2027, promovendo  
1767 atividades formativas e cursos para capacitação dos envolvidos, garantindo assim um  
1768 processo participativo mais qualificado e abrangente; sobre o workshop mencionado  
1769 anteriormente, explicou que o intuito é estruturar os temas em grupos e fomentar  
1770 debates que sirvam de subsídio para a formulação de propostas concretas, ainda que  
1771 nem todas sejam apresentadas de imediato, destacando que o Grupo de Trabalho do  
1772 CMPU poderá atuar conjuntamente com a prefeitura na definição dessas categorias  
1773 temáticas; em resposta ao Representante Titular dos Movimentos de Mobilidade  
1774 Urbana, Sr. José Antônio Chinelato Zagato, informou que os Conselhos Regionais de  
1775 Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES Regionais),  
1776 bem como os Conselhos Participativos Municipais, estão incluídos no processo de  
1777 participação e que já houve diálogo com alguns representantes desses órgãos;  
1778 mencionou que o recente processo eleitoral dos Conselhos Participativos, ocorrido no  
1779 último dia 11, gerou uma transição que pode ser um desafio para o envolvimento desses  
1780 conselheiros, mas sugeriu que as atividades participativas contemplem tanto os  
1781 conselheiros atuais quanto os eleitos, garantindo a continuidade dos trabalhos e  
1782 fortalecendo a articulação entre esses órgãos e o Plano Diretor; salientou ainda que a  
1783 articulação intersecretarial será fundamental para consolidar a participação de diversos  
1784 conselhos temáticos, como o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPD) e  
1785 o Conselho Municipal de Política para a População em Situação de Rua (COMPISP),  
1786 destacando a importância da atuação conjunta na formulação de propostas para a  
1787 revisão do plano; finalizou registrando que o Conselho Municipal de Saúde, citado pelo  
1788 Sr. José Antônio Chinelato Zagato, não havia sido incluído inicialmente na lista de  
1789 conselhos envolvidos, mas que a Secretaria Executiva da SMUL já tomou nota para  
1790 estabelecer um diálogo com esse colegiado e buscar formas de integrá-lo ao processo;  
1791 agradeceu a atenção de todos e colocou-se à disposição para esclarecimentos  
1792 adicionais; dando continuidade, a Representante do Conselho Participativo Municipal da  
1793 Macrorregião Leste 1, Sra. Wellyene, manifestou-se reforçando a complexidade da  
1794 gestão democrática da cidade de São Paulo e concordando, em parte, com as  
1795 colocações da Representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento  
1796 (SMUL), Sra. Patrícia Saran; destacou que para que o processo participativo atinja seus  
1797 objetivos é necessário que ocorra com maior celeridade e comprometimento do poder  
1798 público, ressaltando que a etapa 1 de diagnóstico demonstrou fragilidades e  
1799 insuficiências, principalmente no que tange à participação da sociedade civil; mencionou  
1800 que, assim como pontuado pelo Representante Titular do CMTT, Sr. Mauro Sérgio

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1801 Calliari, as políticas urbanas devem ser analisadas sob a perspectiva territorial, sendo  
1802 fundamental resgatar os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados com a  
1803 colaboração da sociedade civil, os quais, em grande parte, não foram implementados ou  
1804 não tiveram seus impactos avaliados; ressaltou a importância de um olhar mais  
1805 descentralizado e regionalizado por parte da administração pública, reiterando que a  
1806 ausência de um monitoramento efetivo dos Planos Regionais compromete a análise da  
1807 real efetividade do Plano Diretor Estratégico (PDE); mencionou a necessidade de  
1808 equipar melhor as subprefeituras, conforme pontuado pelo Presidente Suplente da  
1809 SMUL, Sr. José Armênio de Brito Cruz, e recordou que havia, anteriormente, um Grupo  
1810 de Trabalho destinado à atuação conjunta entre técnicos da subprefeitura e membros  
1811 da sociedade civil, incluindo conselheiros, além do Conselho de Planejamento e  
1812 Orçamento Participativo (CPOP), que possuía assento no Conselho Municipal de Política  
1813 Urbana (CMPU), mas que foi descontinuado por meio de um decreto da gestão  
1814 municipal iniciada em 2017; ressaltou que a revisão do PDE exige um diagnóstico  
1815 devidamente embasado, uma vez que ajustes na legislação devem ser realizados com  
1816 cautela, considerando que existem outros instrumentos normativos, como decretos e  
1817 portarias, que podem ser utilizados para promover adequações pontuais sem a  
1818 necessidade de reformulação da legislação urbanística de forma precipitada; reforçou  
1819 que a etapa 1 do diagnóstico ainda não pode ser considerada concluída, especialmente  
1820 diante da necessidade de incorporar ao debate o estudo contratado junto à Fundação  
1821 para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), que foi financiado com  
1822 recursos públicos e que deve ser analisado em conjunto com a equipe técnica  
1823 responsável pela revisão do PDE; solicitou ao Secretário Adjunto da SMUL, Sr. José  
1824 Armênio de Brito Cruz, que avalie a possibilidade de recriação do CPOP, ressaltando sua  
1825 importância na integração entre planejamento urbano e orçamento público, uma vez  
1826 que não há planejamento eficaz sem alocação orçamentária adequada; finalizou sua  
1827 manifestação expressando preocupação com o loteamento político das subprefeituras,  
1828 alertando que muitas vezes são ocupadas por assessores parlamentares sem  
1829 conhecimento técnico, comprometendo o planejamento regional e a efetividade das  
1830 políticas públicas; destacou que, em algumas situações, os próprios subprefeitos não  
1831 residem no território que administram, desconhecendo suas especificidades e demandas  
1832 prioritárias, o que enfraquece a governança local e prejudica a efetividade das ações  
1833 voltadas ao desenvolvimento urbano; encerrou sua fala pedindo desculpas pela  
1834 extensão da manifestação e agradecendo a atenção dos presentes; cumprindo a pauta  
1835 estabelecida, o Representante Suplente da SMUL, Sr. José Armênio de Brito Cruz,  
1836 manifestou que foram apresentadas as informações referentes ao relatório da revisão  
1837 intermediária do Plano Diretor Estratégico, destacando a relevância da participação  
1838 social nesse processo; ressaltou que as contribuições dos conselheiros são  
1839 fundamentais para orientar os encaminhamentos, enfatizando que a equipe técnica já  
1840 iniciou a Etapa 2, correspondente à elaboração de propostas, para posterior  
1841 consolidação na minuta da lei; afirmou que a revisão está sendo conduzida com total  
1842 transparência, garantindo que a base de informações disponibilizada aos conselheiros é

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1843 a mesma utilizada pelo poder público, refutando a existência de uma minuta prévia  
1844 elaborada sem debate; reiterou que o objetivo é concluir o projeto de lei até dezembro,  
1845 seguindo as metodologias apresentadas, que distinguem entre elementos estruturantes  
1846 e não estruturantes, e assegurando que o aprimoramento do PDE será realizado de  
1847 maneira técnica e participativa; agradeceu a colaboração de todos os presentes,  
1848 reforçando que os conselheiros, enquanto representantes da sociedade no CMPU,  
1849 podem continuar enviando sugestões e contribuições à Secretaria; finalizou declarando  
1850 a reunião encerrada às 17h32min.

1851

### **PRESIDÊNCIA**

---

JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ

PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO

### **SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU**

---

TALITA CAVALARI VEIGA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)**

---

ROSANE CRISTINA GOMES

TITULAR

---

## **CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU**

MARIA FERNANDA PENHA MACHADO

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)**

---

HELIANA LOMBARDI ARTIGIANE

TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)**

---

HELENA LADEIRA WERNECK

TITULAR

---

MARCELO HENRIQUE HANEDA PEREIRA

SUPLENTE

**SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL - SGM (1)**

---

TATIANA REGINA RENNÓ SUTTO

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO - SG**

---

PEDRO SAID GHIPSMAN VALVERDE

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ**

-----  
MARIA LUCIA PALMA LATORRE

SUPLENTE

**SECRETARIA DE FINANÇAS – SF**

-----  
CLAUDIA BICE ROMANO

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB**

-----  
RODE FELIPE BEZERRA

SUPLENTE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC**

-----  
SONIA FRANCINE GASPAR MARMO

TITULAR

**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB**

-----  
LEONARDO GAZILLO SILVA

SUPLENTE

## **CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU**

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT**

-----  
MICHELE PEREA CAVINATO

SUPLENTE

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO – SMDET**

-----  
JULIA DA MOTTA

SUPLENTE

### **SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT**

-----  
LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL

SUPLENTE

### **SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO**

-----  
MATHEUS HECTOR GARCIA

TITULAR

### **COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB**

-----  
JULLY KARYLIN DE CARVALHO SILVA

SUPLENTE

## **CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU**

### **SUBPREFEITURA**

#### **MACRORREGIÃO NORTE 2**

---

LUCIANA TORRALES FERREIRA

TITULAR

#### **MACRORREGIÃO CENTRO**

---

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES

SUPLENTE

#### **MACRORREGIÃO LESTE 1**

---

DANILO ANTÃO FERNANDES

TITULAR

---

ABNER INÁCIO DA SILVA

SUPLENTE

#### **MACRORREGIÃO LESTE 2**

---

LUCAS SANTOS SORRILLO

TITULAR

### **SOCIEDADE CIVIL**

### **CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL**

**MACRORREGIÃO NORTE 1**

---

FERNANDO RANGEL

TITULAR

**MACRORREGIÃO NORTE 2**

---

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES

SUPLENTE

**MACRORREGIÃO OESTE**

---

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA

SUPLENTE

**MACRORREGIÃO SÉ**

---

STELA DE CAMARGO DALT

TITULAR

**MACRORREGIÃO LESTE 1**

---

ELODIA FÁTIMA FILLIPNI

TITULAR

**MACRORREGIÃO SUL 1**

---

DURVAL TABACH

TITULAR

---

ROSANGELA DE OLIVEIRA SILVENTE

SUPLENTE

**MACRORREGIÃO SUL 2**

---

WELLYENE GOMES BRAVO

TITULAR

**MOVIMENTO DE MORADIA 1**

---

EDILSON HENRIQUE MINEIRO (MST LESTE 1)

TITULAR

**ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 1**

---

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO (INÁCIO MONTEIRO)

---

MARISETE APARECIDA DE SOUZA (INÁCIO MONTEIRO)

SUPLENTE

**ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2**

---

## **CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU**

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA (SAPP)

TITULAR

**ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 3**

---

VERÔNICA KROLL (AAHJB)

SUPLENTE

**SETOR EMPRESARIAL 1**

---

MÁRCIO JEHA CHEDE (SECOVI SP)

TITULAR

---

JULIANA BRAGA PAVIATO (ABRAINC)

SUPLENTE

**SETOR EMPRESARIAL 2**

---

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ

SUPLENTE

**SETOR EMPRESARIAL 3**

---

EDUARDO SAMPAIO NARDELLI (SINAENCO)

TITULAR

-----  
LUCIANA LINS NASCIMENTO (ASBEA-SP)

SUPLENTE

**SETOR EMPRESARIAL 4**

-----  
BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)

TITULAR

-----  
EDUARDO DELLA MANNA (FECOMÉRCIO/SP)

SUPLENTE

**ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL - ONG**

-----  
MARGARETH MATIKO UEMURA (PÓLIS)

TITULAR

**ENTIDADES PROFISSIONAIS**

-----  
SIMONE FERREIRA GATTI (IAB SP)

TITULAR

-----  
RENATO LUIZ SOBRAL ANELLI (IAB SP)

SUPLENTE

## **CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU**

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO  
URBANO-AMBIENTAL FAU MACKENZIE**

-----  
VIVIANE MANZIONE RUBIO (MACK)

TITULAR

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO  
URBANO-AMBIENTAL UNINOVE - 2**

-----  
NABIL GEORGES BONDUKI (FAU-USP)

TITULAR

-----  
DANIEL TODTMANN MONTANDON (UNINOVE)

SUPLENTE

**MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS**

-----  
MATEUS HENRIQUE BERTO MURADAS (MUT. COHAB 1)

TITULAR

**MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA**

-----  
JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO (CICLOCIDADE)

TITULAR

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

---

JULIANA TRENTO (CICLOCIDADE)

SUPLENTE

### MOVIMENTOS CULTURAIS

---

ANA CAROLINA MARINHO DANTAS (COOP. PAULISTA DE TEATRO)

SUPLENTE

### CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CADES

---

OSWALDO FERNANDES DA SILVA

TITULAR

---

MARTA AMÉLIA DE OLIVEIRA CAMPOS

SUPLENTE

### CONSELHO MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO - CMTT

---

MAURO SÉRGIO CALLIARI

TITULAR

### CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH

---

VIOLETA SALDANHA KUBRUSLY

SUPLENTE

## CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

SECRETARIA DA HABITAÇÃO – SH

---

MARIA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA  
SUPLENTE